

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Industrial e Educacional do Espírito Santo (Ideies), entidade do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

O objetivo do Boletim é reunir os últimos dados disponíveis para cada área. Assim, para algumas – como produção física, comércio, serviços e crédito –, a última informação refere-se a fevereiro de 2019. Para outras, como inflação, comércio exterior e finanças públicas, os números mais recentes são de março de 2019. Os dados apresentados são aqueles disponíveis até o dia 24/04/2019.

A publicação está dividida em oito seções. A primeira se alterna a cada mês, ora trazendo um **Assunto em Destaque**, ora um **Especialista Convidado**. Nesta edição, o especialista convidado é Ednilson Silva Felipe, professor do Departamento de Economia da UFES e doutor em Economia pela UFRJ.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – mostra que as previsões para o crescimento do PIB em 2019 vem sofrendo sucessivas quedas, estando atualmente em 1,71%. Em fevereiro o Índice de Atividade Econômica nacional teve queda de -0,73% na comparação com janeiro, enquanto o ES teve redução de -0,49%.

Já o IPCA acumulado em 12 meses até março chegou a 4,58% no Brasil e 4,89% para a RGMV.

A terceira seção – **Mercado de Trabalho** – aponta que em março houve saldo negativo de empregos formais, segundo o Caged. O Brasil fechou -43,2 mil vagas e o Espírito Santo foi responsável por -843 delas.

Na quarta seção – **Desempenho Industrial** – os dados da produção física de fevereiro mostram que a indústria brasileira avançou 0,7% no mês enquanto a capixaba teve redução de -9,7%, influenciada pela queda da indústria extrativa (-20,4%) que começou a refletir os efeitos do rompimento da barragem de Brumadinho (MG). A confiança dos empresários industriais, medida para o mês de março também sofreu redução, apesar de ainda se manter otimista, segundo a métrica do ICEI.

A quinta seção – **Comércio Exterior** – indica que a balança comercial do Brasil e do Espírito Santo seguem superavitárias no primeiro trimestre, com saldo de US\$ 10,5 bilhões e US\$ 450,2 milhões, respectivamente.

A sexta seção – **Crédito** – traz a ampliação marginal do saldo da carteira total no segundo mês do ano, tanto para o país (0,3%), quanto para o estado (1,0%). Na comparação contra fevereiro de 2018 o resultado é mais expressivo, com altas de 5,5% e 4,4%, respectivamente.

A sétima seção – **Finanças Públicas Estaduais** – mostra que no primeiro trimestre de 2019 o Governo do Espírito Santo acumulou receitas de R\$ 4,3 bilhões e despesas de R\$ 3,0 bilhões, valores que cresceram 9,7% e 2,6%, respectivamente, na comparação com os três primeiros meses de 2018.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

O Ideies disponibiliza em seu portal o “Ideies em Dados”, espaço que concentra os dados de diversas fontes oficiais, inclusive as utilizadas nesse boletim. Acesse em <https://ideies.org.br/dados/>.

Ótima leitura!

Seções

1. Especialista Convidado –	
Ednilson Silva Felipe	02
2. Cenário Econômico	04
3. Mercado de Trabalho	10
4. Desempenho Industrial	15
5. Comércio Exterior	17
6. Crédito	21
7. Finanças Públicas Estaduais	27
8. Comentários Finais	30

1. Especialista Convidado - Ednilson Silva Felipe¹

Os desafios do desenvolvimento econômico já estão batendo à porta: e nós já estamos atrasados

A economia capixaba, no período de 1960/1970, passou por profundas mudanças em sua estrutura produtiva. Aquela mudança, como já diversas vezes apontado, mudou radicalmente a natureza e a direção do desenvolvimento econômico-social capixaba. Saímos de uma situação de profunda crise e inaugurou-se outro ciclo que integrou definitivamente o Espírito Santo à economia nacional e internacional. Os estudos, porém, são unânimes em afirmar que, de lá para cá, pouca coisa mudou em relação àquela estrutura: a consolidação e expansão dos setores exportadores de commodities e a nova onda de investimentos no setor de petróleo e gás natural reforçaram a lógica de crescimento inaugurada há quase 60 anos, mas não significaram um novo ciclo de desenvolvimento.

Hoje, a impressionante melhora na agricultura capixaba, a diversificação de algumas atividades industriais e, mais recentemente, a incrível ascensão de um conjunto de startups capixabas, mesmo mantendo a concentração produtiva nos “Grandes Projetos”, colocaram o estado entre aqueles com maior potencial de crescimento econômico no Brasil.

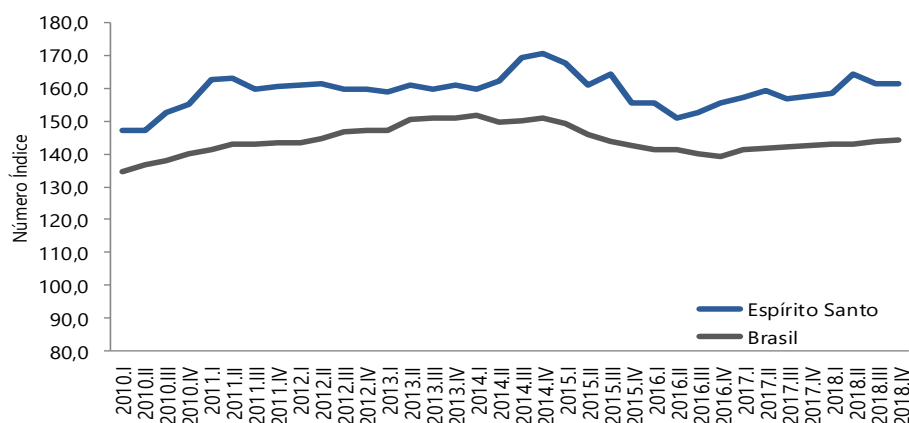
De fato, o Espírito Santo vem apresentando taxas acima da média nacional nas últimas décadas, melhorando seus

índices de desenvolvimento humano.

Contudo, é clarividente que paira sobre os fazedores de políticas no Espírito Santo, sobre os dirigentes das organizações industriais e comerciais, sobre a academia e, de forma geral, sobre todos aqueles que se dedicam a pensar o futuro do Espírito Santo, a constatação de que a elevação do PIB, embora crucial, não nos levou, por si só, a novos patamares de desenvolvimento. Ou seja, começamos a formar um consenso, cada vez mais claro, em torno da ideia de que é necessário – urgentemente – criar as condições para que a economia capixaba entre num novo ciclo de desenvolvimento.

É latente, também, a percepção de que os benefícios da dinâmica recente de crescimento não foram igualmente distribuídos no território capixaba. Os desafios quanto a isso já estão, há algum tempo, batendo à porta e, de certa forma, já estamos atrasados em dar as respostas e em construir as políticas e instrumentos que permitirão ao Espírito Santo não somente aumentar a produção de riqueza, mas também, em termos sociais, distribuir regionalmente melhor os ganhos desse crescimento. Mas é claro: há também o consenso de que esse processo é muito mais difícil e mais complexo do que apenas continuar crescendo.

Gráfico 1 – PIB Trimestral ES e BR - 2010.I a 2018.IV
Série dessazonalizada (Base 2002=100)



Fonte: IJSN (2019)
Elaboração do autor

¹ Ednilson Silva Felipe é professor do Departamento e do Mestrado em Economia da UFES e doutor em Economia pela UFRJ.

Amartya Sen argumenta, de forma clara, que o problema não está na busca da prosperidade econômica, o que é legítimo. O autor alega que o problema se refere ao nível no qual esse objetivo é fixado. O crescimento econômico deve ser um objetivo intermediário e mesmo que importante, deve subordinar-se ao que favorece, em última instância, a vida humana.

O desenvolvimento econômico precisa ser pensado, então, como um fenômeno (a) complexo, já que não se restringe à dinâmica positiva do PIB; (b) multifacetado, o que significa que seu edifício não é construído exclusivamente pela face econômica. Envolve também, mas não exclusivamente, aspectos sociais (segurança pública, saúde, condições mais dignas de vida, etc), institucionais (segurança jurídica, harmonia entre os poderes, diminuição do oportunismo e da impunidade) e ambientais (sustentabilidade ambiental das atividades econômicas, diminuição da poluição urbana). Por fim, é (c) idiossincrático, o que quer dizer que é um processo que não pode ser copiado nem importado de outros lugares.

Quando passamos a discutir esse desenvolvimento em termos regionais, chegamos as seguintes constatações:

I - O desenvolvimento econômico é um fenômeno institucional:

As instituições são as engrenagens que movem o processo. São elas que lançam os países e as regiões em novos patamares de desenvolvimento. Mas, se o desenvolvimento é um processo de mudança, as instituições também precisam mudar. Instituições de hoje somente suportam o desenvolvimento no estágio

que ele está hoje. Para alcançar novos patamares de desenvolvimento é preciso reconfigurar e renovar as instituições, lhes dar novos sentidos e novo fôlego. Se as instituições permanecerem as mesmas ao longo do tempo, elas não poderão ser o suporte para novos ciclos de desenvolvimento regional.

II - O desenvolvimento econômico é, pela sua própria natureza, um processo desigual:

Não há nenhuma possibilidade de se reproduzir o desempenho econômico dos espaços dinâmicos naquelas localidades nas quais ainda não foi construída a institucionalidade e as coordenações locais que favoreçam o desenvolvimento. A concentração do PIB reflete claramente o fato de que embora pareça paradoxo, o desenvolvimento se dá de forma desigual em locais diferentes. Os dados abaixo são claros nesse sentido.

Quanto a esses dados, vale a pena destacar alguns pontos: (a) a queda na participação dos municípios litorâneos em 2016 se deu em face da paralisação das atividades da Samarco. Tão logo esta retorne, a concentração tende a voltar aos níveis anteriores; (b) uma vez que o Espírito Santo apresentou taxas de crescimento acima da média nacional, fica evidente que seus ganhos não foram bem distribuídos ao longo do seu território; e (c) a reprodução das condições de pouca dinâmica econômica nos municípios a oeste traz consigo consequências sociais graves, como aumento do desemprego nessas regiões. Uma mesma dinâmica econômica ao longo de tanto tempo não é capaz de absorver a mão de obra jovem que chega ao mercado de trabalho, dificultando a conquista do emprego nessas regiões.

Tabela 1 – Participação no PIB capixaba, 2006 e 2016 – municípios selecionados

Municípios no extremo oeste do ES em divisa com MG		Municípios litorâneos		Municípios litorâneos, excluídos os municípios da Região Metropolitana	
2006	2016	2006	2016	2006	2016
2,80%	2,95%	72,11%	65,56%	16,59%	16,65%

Fonte: IJSN (2018)
Elaboração do autor

Assim, embora não se possa esperar um 'crescimento equilibrado' em regiões dispare, é preciso dizer que a melhora das condições de desenvolvimento de certas regiões é possível: é preciso unir boa infraestrutura para promover o encadeamento produtivo e um ensino básico e profissional de qualidade. Esses são os elementos mínimos capazes de fazer com que parte da dinâmica se torne espontânea, realimentando as possibilidades de avanço local.

III - Em cada estágio do desenvolvimento, instrumentos e políticas diferentes:

Repetir políticas e instrumentos de ação do passado tende a ser menos efetivo. Uma política de desenvolvimento só pode ser concebida e só é efetiva por um período, dada uma certa configuração econômica, social e institucional em um determinado território. À medida que essa configuração muda, as políticas, os instrumentos e ações precisam ser redefinidos. Repetir políticas antigas para situações atuais pode gerar resultados pouco expressivos. Nesse sentido, a repetição de ações, como incentivos fiscais sem clara evidência de seus resultados positivos e 'plantação' de empresas em locais onde elas terão dificuldade de contratação de mão de obra qualificada e de logística, embora aparentemente ainda possam apresentar algum resultado, estes serão, na maioria das vezes, de curto prazo e não encadeadores de melhorias sociais.

Por fim, vale dizer que existe uma relação indissociável entre desenvolvimento e inovação. Neste sentido, importa reconhecer, por exemplo, que as diferentes regiões do Espírito Santo apresentam uma desigual distribuição estrutural do conhecimento (usando como proxy as instituições de ensino superior, por exemplo), bem como da capacidade de inovar. Além disso, é fácil reconhecer que as atividades científicas e tecnológicas também são distribuídas de forma heterogênea entre as regiões. Dentro deste contexto, existem diferenças regionais consideráveis, fazendo com que alguns espaços se tornem mais dinâmicos que outros. O mais grave a pensar, no entanto, é que há riscos de que essas disparidades sejam reforçadas ao longo do tempo.

A premissa que queremos levantar, então, é que uma política que pretenda diminuir a grande disparidade regional no Espírito Santo precisa levar em conta aspectos locais como: (a) a evolução das estruturas produtivas; (b) a evolução do ambiente institucional e o papel dos mecanismos de coordenação; (c) um diagnóstico que apresente as razões do baixo nível de inovação e da fragmentação do fluxo de conhecimento para as regiões. Formulada dessa forma, uma política de desenvolvimento somente apresentará resultado se considerar as perspectivas econômica, geográfica, política e de coordenação que promova e facilite a inovação e a capacidade inovativa do empresariado local.

2. Cenário Econômico

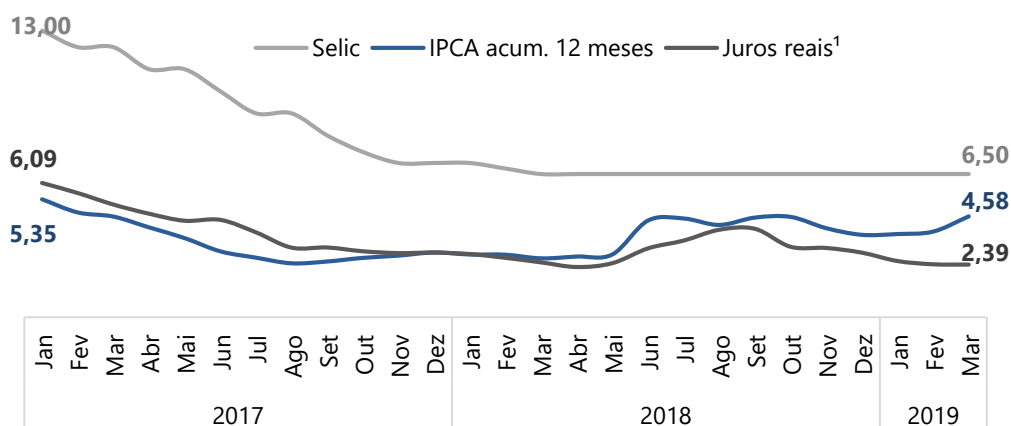
Os analistas das instituições financeiras baixaram, pela oitava vez seguida, a estimativa para o crescimento da economia brasileira neste ano e mantiveram a previsão de que a inflação ficará ligeiramente acima da marca dos 4,00% em 2019. O início das revisões para baixo da expectativa de crescimento do PIB deste ano começou em fevereiro, após a divulgação do PIB de 2018 – quando a economia avançou apenas 1,1%.

Segundo a pesquisa semanal Focus, divulgada pelo BC no último dia 22 de abril, a estimativa do PIB para 2019 caiu de 1,95% para 1,71%. Para 2020, o ponto-médio das estimativas para a economia brasileira também sofreu um novo corte, de 2,58% para 2,50%, a quinta redução seguida, vindo de um pico recente de 2,80% atingido no começo de março.

A estimativa do IPCA, índice oficial de inflação, foi ajustada de 4,06% para 4,01% este ano. Para 2020, a previsão segue em 4,00%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração: 3,75%. As perspectivas permanecem dentro da meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN): 4,25% para 2019 e 4,00% para 2020, ambos com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A mediana das estimativas para a taxa básica de juros não sofreu alterações: manteve-se em 6,50% no fim de 2019 e em 7,50% no encerramento de 2020. Em março, o Copom manteve inalterada a taxa básica de juros pela oitava vez consecutiva em 6,50% ao ano, como esperado pelo mercado.

Gráfico 2 - Evolução da Selic, IPCA acumulado em 12 meses e Juros Reais (%)



¹ Juros Reais = Juros nominais – Inflação (expectativa para os próximos 12 meses).

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LCA

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

No acumulado em 12 meses até março de 2019, o IPCA está em 4,58%, acima dos 3,89% registrados até fevereiro. Foi o maior índice desde fevereiro de 2017 (4,76%) e acima do centro da meta de inflação para este ano.

Determinada pelas altas de 1,37% no grupo Alimentação e bebidas e de 1,44% nos Transportes, a inflação em março acelerou 0,75%, a maior taxa para o mês de março desde 2015 (1,32%). Somados, estes dois grupos

representaram 80% do IPCA no mês passado.

O grupo Transportes, após deflação de -0,34% em fevereiro, acelerou 1,44% em março, devido à alta de 3,49% nos combustíveis. O resultado foi influenciado, especialmente, pelo aumento no preço da gasolina (2,88%) e do etanol (7,02%). De acordo com o IBGE, esta alta reflete, em parte, o aumento de 10,82% no preço da gasolina na refinaria, concedido pela Petrobras entre 27 de fevereiro e 29 de março, período de coleta do IPCA.

Tabela 2 - Variação (%) do IPCA - março de 2019

Período	Brasil	RMGV
No mês	0,75	0,39
Preços Livres	0,75	0,26
Preços Administrados	0,75	0,75
Acumulado em 12 meses	4,58	4,89
Preços Livres	3,99	3,74
Preços Administrados	6,30	8,21
Acumulado no ano	1,51	1,25

Fonte: IBGE; Ideies

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no mês de março, a inflação mensurada pelo IPCA cresceu 4,89% em 12 meses. Nesta base de comparação, os preços administrados² (8,21%) tiveram um peso significativo na composição do índice, acima da média nacional (6,30%). As maiores variações vieram do gás veicular (23,77%), da energia elétrica residencial (20,83) e ônibus interestadual (12,53%)³.

Na análise mensal o índice na RMGV foi de 0,39% em março, a terceira menor variação entre as 16 áreas pesquisadas e abaixo da média nacional (0,75%), representando uma desaceleração em relação à taxa registrada em fevereiro de 2019 (0,58%). Considerando apenas os meses de março, observa-se que a inflação apresentou queda nos últimos anos, com índices de 0,16% em 2016, 0,13% em 2017 e -0,28% em 2018, porém, voltou a subir em março de 2019.

² Os produtos e serviços que compõem o IPCA podem ser divididos entre os que têm preços livres, ou seja, que variam de acordo com o mercado, e os que têm preços administrados, que são os preços regulados por contrato ou por órgão público.

³ Para mais informações veja Nota Conjuntural IPCA elaborada pelo Ideies, disponível em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Nota_IPCA_Marco_2019.pdf

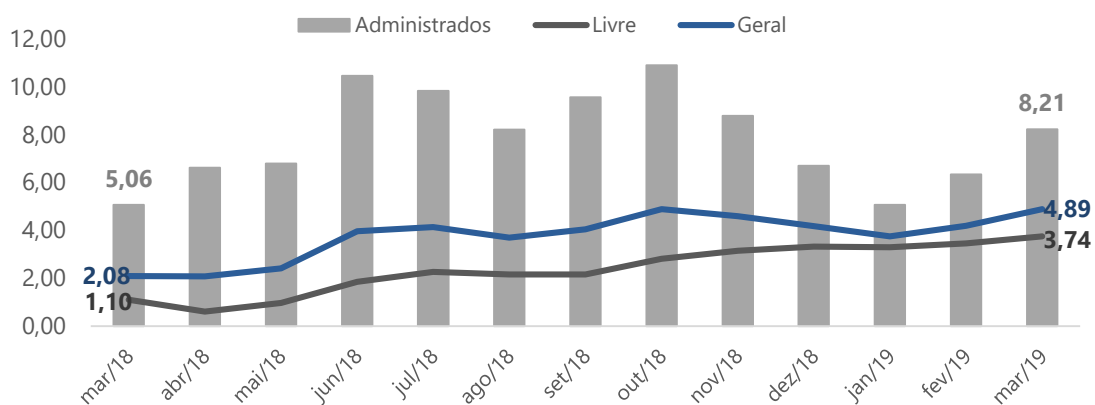
A maior contribuição para a inflação em março de 2019 na RMGV foi o grupo Alimentação e bebidas, que possui maior importância na composição do índice e variou 1,75%. Entre os demais grupos, contribuíram para a elevação do IPCA: Habitação (0,30%), Saúde e cuidados pessoais (0,23%) e Transportes (0,18%), que possuem o terceiro, quarto e segundo maior peso na composição do índice, respectivamente.

A tarifa de energia elétrica teve alta de 0,78% e foi o item com maior peso mensal no grupo Habitação. Entre as regiões pesquisadas, a RMGV apresentou a sétima maior alta neste item e ficou acima da média nacional (0,04%).

No mês de março a bandeira tarifária vigente foi a verde, isto é, sem custo adicional para os consumidores. As contas de luz têm indicado a bandeira verde desde dezembro de 2018 (veja mais sobre bandeiras tarifárias no Box ao final desta seção).

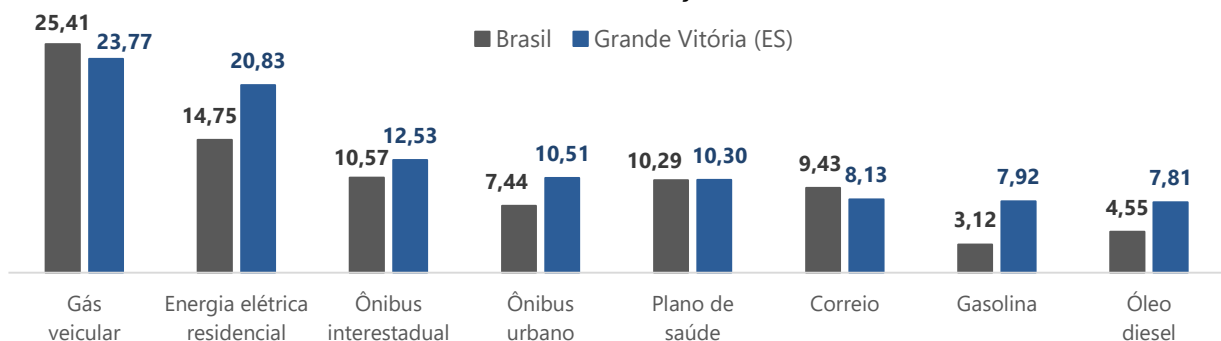
A Agência Nacional de Energia Elétrica informou que a bandeira tarifária em abril de 2019 continuará verde. Segundo a Aneel, abril é um mês de transição entre as estações úmida e seca nas principais bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN). A previsão hidrológica projetada para o mês ainda indica a tendência verificada em março, de recuperação do nível dos reservatórios.

Gráfico 3 - Variação (%) acumulada em 12 meses do IPCA da RMGV



Fonte: IBGE; Ideies
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 4 – Variação (%) acumulada em 12 meses dos principais preços monitorados – Grande Vitória e Brasil – março de 2019



Fonte: IBGE
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em relação ao nível de atividade econômica, de acordo com os dados divulgados pelo BC no último dia 15, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) acumulou alta de 1,21% em 12 meses encerrados em fevereiro, e no acumulado do primeiro bimestre deste ano expandiu 1,66%.

No mês de fevereiro o IBC-Br fechou com retração de -0,73% em comparação a janeiro, reforçando o viés de baixa para o PIB. Com o segundo mês consecutivo em queda, o resultado evidencia a dificuldade da economia em ganhar ritmo em meio às incertezas com o avanço da Reforma da Previdência. O resultado do mês foi o pior

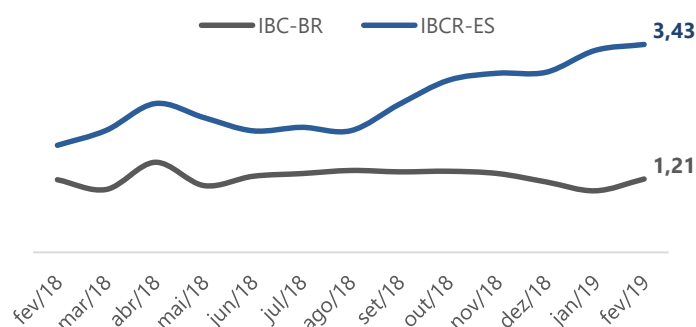
desde maio de 2018, quando a atividade retraiu -3,11%, devido à paralisação dos caminhoneiros, conforme dado dessazonalizado divulgado pelo BC.

O IBCR do Espírito Santo, por sua vez, cresceu 3,43% em 12 meses encerrados em fevereiro, valor superior ao registrado pelo Brasil (1,21%). Na comparação entre o acumulado dos primeiros dois meses de 2019 e o mesmo período de 2018, o IBCR-ES está em 3,53%⁴.

Apesar dos indicadores no estado estarem acima da média nacional, em decorrência do fraco desempenho da atividade econômica, especialmente da retração da produção física da indústria (com queda de -8,3% na indústria extrativa e -3,8% na indústria de transformação, no acumulado dos dois primeiros meses do ano), a expectativa é de uma redução do ritmo de crescimento do IBCR-ES no fechamento do primeiro trimestre de 2019.

No mês de fevereiro, na comparação com janeiro de 2019, a atividade econômica do Espírito Santo retraiu -0,49%, na série com ajuste sazonal, influenciado pela queda da produção física industrial (-9,7%), do volume de serviços (-3,3%) e do volume de vendas do comércio varejista ampliado (-0,9%).

Gráfico 5 - IBCR-BR e IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Tabela 3 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Fev 2019 / Jan 2019 ¹	Fev 2019 / Fev 2018	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	-0,73	2,49	1,66	1,21
Índice de atividade econômica regional ES	-0,49	3,08	3,53	3,43
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	0,7	2,0	-0,2	0,5
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-9,7	-11,7	-6,2	-0,6
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,0	3,9	2,8	2,3
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	5,0	12,6	11,0	8,4
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	-0,8	7,7	5,4	4,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	-0,9	10,5	12,2	12,2
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-0,4	3,8	2,9	0,7
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	-3,3	-0,8	-0,7	-1,2

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito.

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Analisando o resultado para a atividade econômica do Brasil e do Espírito Santo pelas pesquisas mensais do IBGE, percebe-se um comportamento diferente entre os setores no estado.

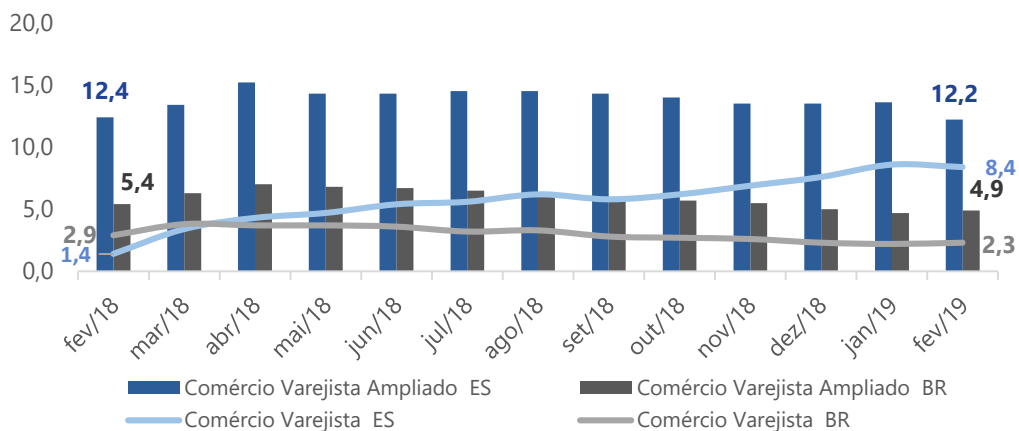
O volume de vendas do comércio varejista restrito nacional cresceu de 2,3%, e o ampliado aumentou em 4,9% no acumulado em 12 meses até fevereiro.

No Espírito Santo, também houve crescimento acumulado do volume de vendas no varejo restrito de 8,4%, e de 12,2% para o comércio varejista ampliado.

Para a atividade no setor de serviços nesta mesma base de comparação, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) registrou crescimento de 0,7% para o Brasil e retração de -1,2% no Espírito Santo.

⁴ Para mais informações veja Nota Conjuntural IBCR-ES elaborada pelo Ideies, disponível em: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/04/IBCR_fevereiro.pdf

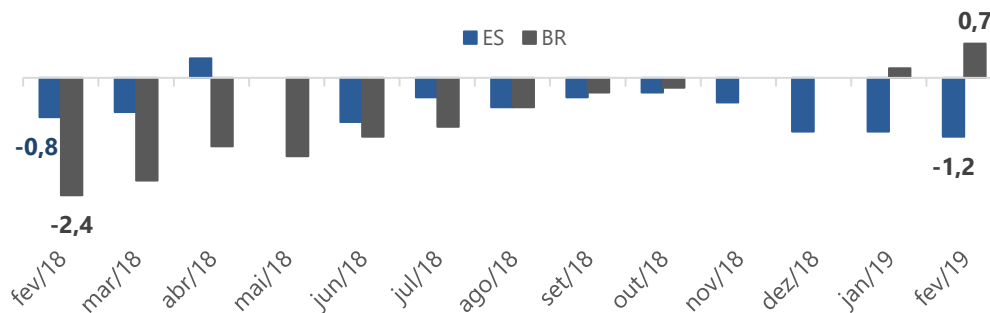
Gráfico 6 - Volume de vendas no Comércio Varejista e do Comércio Varejista Ampliado – Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 7 - Volume de Serviços - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Os resultados do começo de 2019 estão mostrando uma desaceleração nos indicadores econômicos e redução das expectativas do mercado financeiro para a economia brasileira. Mantém-se a perspectiva da aprovação da reforma da previdência, ainda que com atraso e modificações em alguns pontos na Proposta de Emenda à Constituição (PEC)⁵ em relação ao que se antevia na virada do ano, o que é visto com preocupação pelo mercado.

Todos esses fatores caminham para um resultado da atividade econômica no primeiro trimestre aquém do esperado e já se ventila a possibilidade de crescimento negativo do PIB para o período⁶.

Acrescente-se o fato de que, menos de um ano após a paralisação dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, o assunto volta à tona no Brasil.

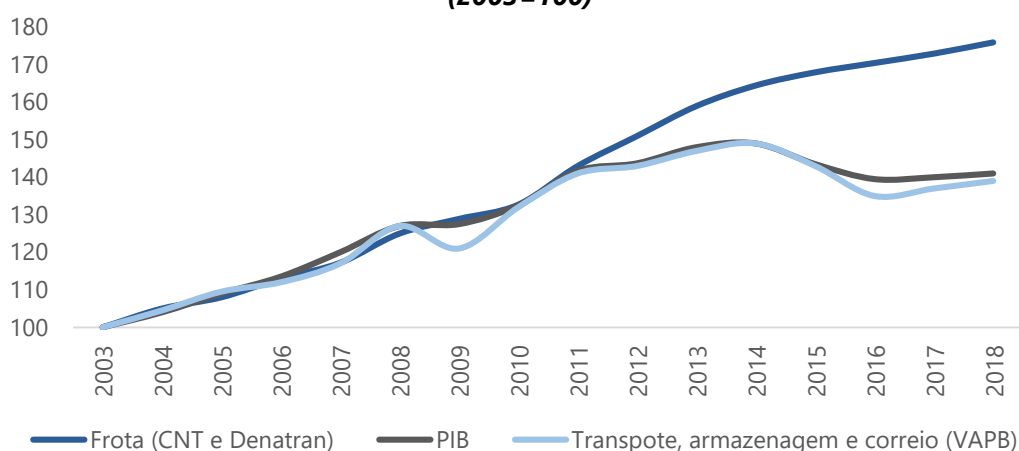
Neste mês de abril o governo federal interviu na Petrobras com o cancelamento de um anúncio de reajuste de 5,74% no preço do diesel nas refinarias, após pressões da categoria. Além disso, foi lançado um pacote que inclui linha de crédito do BNDES para caminhoneiros autônomos, visando compra de pneus e manutenção, que totaliza R\$ 500 milhões; ônibus, máquinas e equipamentos; liberação de R\$ 2 bilhões para investimentos em rodovias. Após reunião realizada no último dia 22 de abril, os caminhoneiros afastaram a possibilidade de greve que estava sendo ventilada para o dia 29, com a garantia de que o governo irá acionar o gatilho de reajuste da tabela do frete.

Os números mostram um descompasso entre a frota de caminhões (oferta) e o crescimento da economia (demanda), que nos últimos anos tem gerado a insatisfação dos caminhoneiros com a rentabilidade das suas atividades.

⁵ A PEC nº 6/2019 modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

⁶ Veja mais em: <https://www.valor.com.br/brasil/6216907/monitor-da-fgv-reforca-risco-de-pib-negativo-no-1-tri>

**Gráfico 8 – Evolução da Frota de Caminhões e PIB
(2003=100)**



Outro ponto importante a ser destacado no mês de abril foi o envio pelo Governo Federal ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2020, que deverá ser aprovado antes do recesso parlamentar do meio do ano e estabelecerá os parâmetros para a Lei Orçamentária Anual do próximo ano.

Os principais destaques do PLDO foram a reposição da inflação para o salário mínimo, que iria para R\$ 1.040 em 2020, sem reajuste real; a proibição de reajuste salarial para servidores civis e ausência de previsão de concursos públicos para o próximo ano. Ainda assim, a meta fiscal do governo central ficou estabelecida com déficit de R\$ 124,1 bilhões para 2020.

Este valor é maior do que o último déficit efetivamente apurado, de R\$ 120 bilhões em 2018, e do que o anteriormente previsto no PLDO 2019 (déficit de R\$ 110 bilhões para 2020). Para o atual ano de 2019, a meta fiscal vigente é de um déficit primário de R\$ 139 bilhões.

O Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, aponta⁷ que o Brasil enfrenta uma anomalia no lado da receita, que tem caído como proporção do PIB mesmo com a recente recuperação da economia.

A meta fiscal estabelecida não considera, no entanto, efeitos de futuras medidas que podem ter alto impacto nas despesas e receitas, como a Reforma da Previdência, revisão de subsídios, privatizações e outras receitas extraordinárias.

Box 1 – O que são e como funcionam as bandeiras tarifárias de energia?

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabelece os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias. Desde o ano de 2015, as contas de energia elétrica passaram a trazer informações sobre as bandeiras tarifárias, que indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições e do custo de geração de eletricidade.

A bandeira vigente no mês independe do consumo individual. Ela é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com base no custo de geração de energia elétrica do país e aplicada para todos os clientes do território nacional. O sistema de bandeiras é aplicado por todas as conces-

sionárias conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A energia elétrica no Brasil é gerada, predominantemente, por usinas hidrelétricas. Para funcionar, essas usinas dependem das chuvas e do nível de água nos reservatórios. Quando há pouca água armazenada, as usinas termelétricas podem ser ligadas com a finalidade de poupar água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Com isso, o custo de geração aumenta, uma vez que essas usinas são movidas a combustíveis como gás natural, carvão, óleo combustível e diesel. Por outro lado, quando há muita água armazenada, as térmicas podem ser menos utilizadas e o custo de geração é menor.

⁷ Veja mais em: <https://www.valor.com.br/brasil/6213415/sob-incertezas-previsao-de-deficit-e-elevada>

Para definir os custos adicionais, as bandeiras tarifárias apresentam as modalidades verde, amarela e vermelha e indicam, a cada mês, se a energia vai custar mais ou menos em função do custo extra das distribuidoras com o uso de termelétricas para geração de eletricidade, conforme explica a figura 1.

É importante enfatizar que as bandeiras tarifárias são diferentes das tarifas propriamente ditas. As tarifas representam a maior parte da conta de energia dos consumidores e dão cobertura para os custos envolvidos na geração, transmissão e distribuição da energia elétrica, além dos encargos setoriais.

Com as bandeiras tarifárias, portanto, o consumidor pode adaptar seu consumo ao saber, por exemplo, que a Bandeira está vermelha e, desta forma, diminuir o valor da conta (ou, pelo menos, impedir que ela aumente).

Figura 1 – Bandeiras tarifárias e suas classificações



Fonte: Aneel
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

3. Mercado de Trabalho

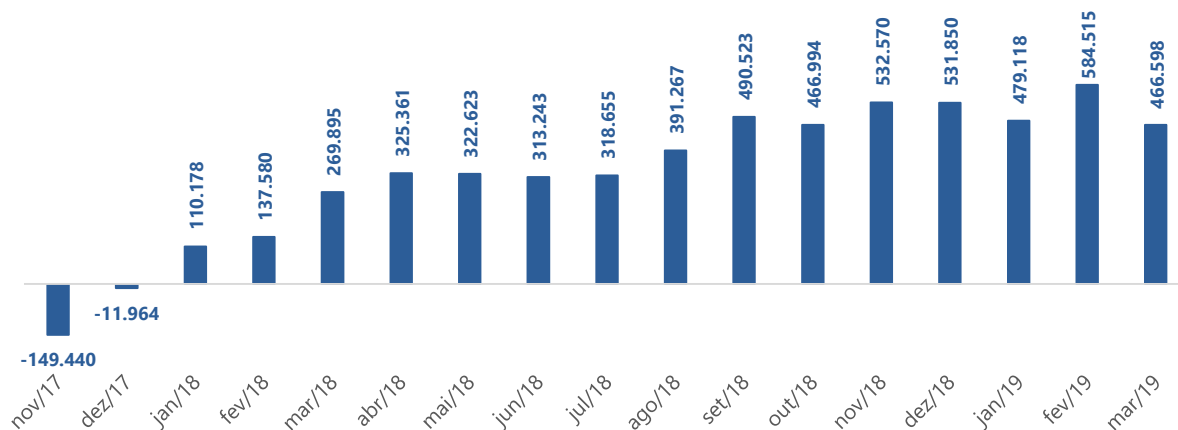
As informações do Cadastro Geral de Empregados (Caged) em março de 2019 mostram que no acumulado em 12 meses o Brasil teve um saldo líquido de +472,1 mil novos postos formais, resultado gerado a partir da diferença entre os 15,47 milhões de admitidos e os 15,00 milhões de desligados no país.

Nesta base de comparação, serviços continuou a ser o principal setor a impulsionar a geração de novos empregos formais (+375,8 mil postos), seguido pelo comércio (+88,1 mil postos) e pela construção civil (+12,9 mil postos).

Em contrapartida, indústria de transformação (-11,4 mil) e administração pública (-4,9 mil) foram os setores que registram as maiores destruições de postos de trabalho formal.

Desde de janeiro de 2018 os resultados dos saldos líquidos acumulados em 12 meses apontam para uma tendência de crescimento marcado por oscilações, demonstrando que o mercado de trabalho brasileiro ainda não conseguiu sustentar uma trajetória constante de recuperação (gráfico 9).

Gráfico 9 - Saldo Líquido de empregados formais no Brasil – Acumulado em 12 meses*



(*) Executando-se o caso do mês de março, os saldos líquidos de empregos formal em 12 meses foram ajustados por meio das declarações enviadas fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Fonte: Caged. Elaboração: Ideies/Findes.

De janeiro a março, o país criou 179,5 mil postos de trabalho, quantidade -20,8% menor que a registrada no mesmo período de 2018⁸. Neste primeiro trimestre de 2019, as maiores criações líquidas de empregos ocorreram nos setores de serviços (+170,7 mil postos), indústria de transformação (+66,2 mil postos) e construção civil (+19,0 mil postos).

Porém, em março de 2019, o número de desligamentos de empregados (1.304,4 mil) superou o de contratações (1.261,2 mil) no Brasil, resultando no fechamento de -43,2 mil postos de trabalho.

O saldo ficou abaixo das expectativas de mercado coletadas pela agência Bloomberg, que estimavam a criação líquida de +80,0 mil vagas celetistas. Os setores que mais influenciaram esta destruição de posto formais foram: comércio (-28,8 mil); agropecuária (-9,5 mil); e construção civil (-7,8 mil).

Ao retirar o feito sazonal dos dados de março, o saldo líquido de emprego total do país foi de -57,0 mil postos, continuando a demonstrar desaceleração no mercado de trabalho formal⁹.

Tabela 4 – Emprego formal, Brasil e Espírito Santo – março de 2019

Período	Brasil			Espírito Santo		
	Admitidos	Desligados	Saldo	Admitidos	Desligados	Saldo
Março de 2019*	1.261.177	1.304.373	-43.196	26.478	27.321	-843
Acumulado em 2019 (jan-mar)**	4.112.356	3.932.813	179.543	88.332	82.299	6.033
Acumulado em 12 meses (abr/18 - mar/19)**	15.479.747	15.007.630	472.117	336.608	319.674	16.934

(*) Dados sem ajuste das declarações fora do prazo.

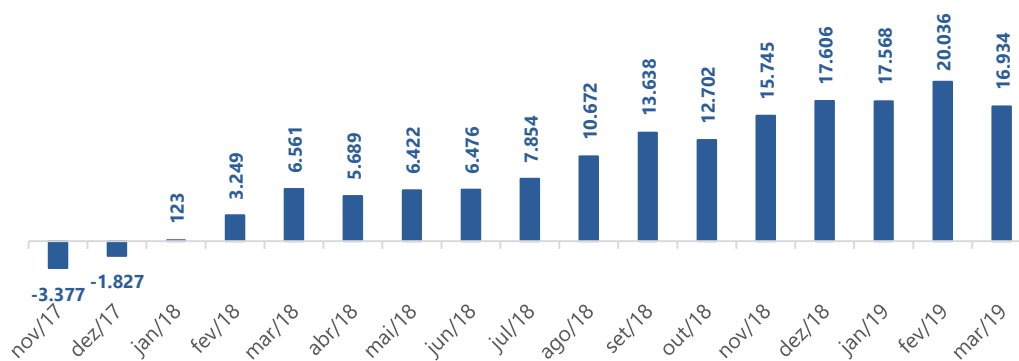
(**) Valores ajustados por meio das declarações enviadas fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Fonte: Caged Elaboração: Ideies / Sistema Findes

No acumulado em 12 meses, o Espírito Santo registrou um saldo líquido de +16,93 mil novos postos de trabalho formal, consequência da diferença entre os admitidos (333,6 mil) e os desligados (319,7 mil).

Com isto, houve o crescimento de 2,4% no estoque total de empregados formais do estado. Ressalta-se que, nesta base de comparação, assim como o comportamento do país, a trajetória dos saldos líquidos de emprego formal não apresenta um ritmo de crescimento com oscilação (gráfico 10).

Gráfico 10 - Saldo Líquido de empregados formais no Espírito Santo – Acumulado em 12 meses*



(*) Executando-se o caso do mês de março, os saldos líquidos de empregos formal em 12 meses foram ajustados por meio das declarações enviadas fora do prazo para a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Fonte: Caged Elaboração: Ideies/Findes.

⁸ Afim de evitar distorções no cálculo da variação 1º trim. 2019/ 1º trim. 2018, os meses de março não foram ajustados pelas declarações fora do prazo. Isto pois os valores para ajuste para este último ano serão disponibilizados apenas no Caged do mês subsequente.

⁹Dados dessazonalizados pela LCA Consultoria.

Entre os setores, serviços (+9,7 mil), comércio (+3,7 mil) e construção civil (+2,2 mil) seguem puxando o crescimento do emprego formal capixaba nos últimos 12 meses.

Apenas a agropecuária e a indústria extrativa mineral reduziram o quantitativo de empregados formais, respectivamente, em -659 e -93 pessoas no estado nesta base de comparação.

Tabela 5 – Saldo líquido e estoque de empregados formais do Espírito Santo, por setor – março de 2019

Setores	Março de 2019*	Acumulado em 2019	Acumulado em 12 meses	Estoque
Extrativa mineral	20	167	-93	10.644
Indústria de transformação	474	2.457	1.369	115.679
Siup**	-19	195	533	8.390
Construção civil	-429	993	2.230	41.825
Comércio	-932	-2.552	3.734	182.015
Serviços	285	4.942	9.745	323.057
Administração pública	73	258	75	7.079
Agropecuária	-315	-427	-659	31.722
Total	-843	6.033	16.934	720.411

(*) Dados com ajuste das declarações fora do prazo

(**) Serviços de Utilidade Pública.

Fonte: Caged

Elaboração: Ideies/Findes

No primeiro trimestre de 2019, o Espírito Santo criou +6,0 mil postos de emprego formal, abaixo do resultado registrado para os mesmo três primeiros meses do ano anterior (+6,7 mil vagas celetista¹⁰). Os setores que apresentaram os maiores saldos líquidos foram: serviços (+4,9 mil), puxado pela geração de +1,4 mil novos postos na atividade imobiliária; indústria de transformação (+2,5 mil), influenciada pela indústria mecânica que criou +3,6 mil vagas; e construção civil (+993).

Em março de 2019, o Espírito Santo registrou mais desligamentos de funcionários (27,3 mil) do que contratações (26,5 mil), ocasionado o fechamento de -843 postos de trabalho formal no estado.

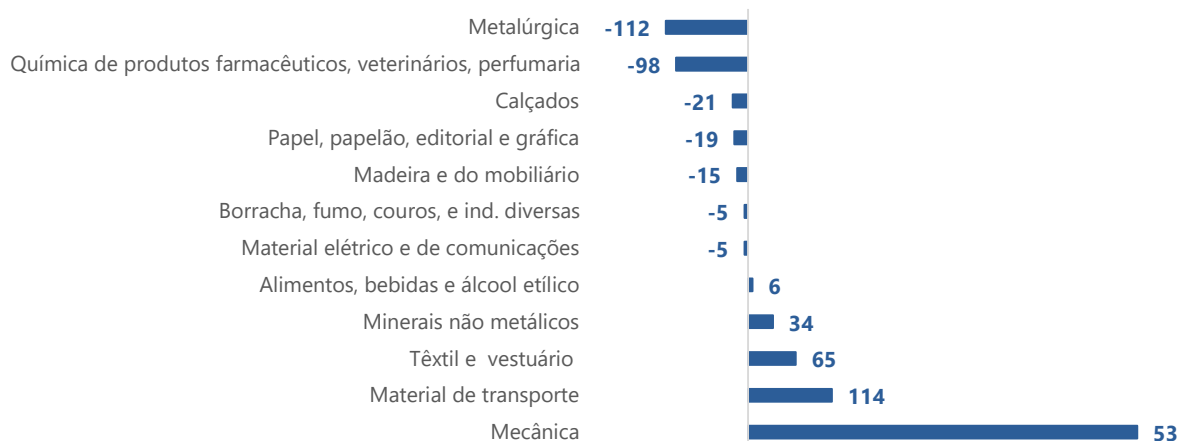
Ressalta-se que apenas oito estados apresentaram saldo líquido mensal positivo¹¹.

Com um saldo líquido mensal de +474 vagas celetista em março, a indústria de transformação foi o setor que mais criou postos de trabalho formal no Espírito Santo. As atividades industriais deste setor que mais contribuíram para o resultado foram a indústria mecânica (+530 postos), a de material de transporte (+114 postos) e a de têxtil e vestuário (+65 postos). A atividade que mais contrabalanceou este saldo foi a metalúrgica com -112 postos (gráfico 11).

¹⁰ Dados com ajuste das declarações fora do prazo.

¹¹ Minas Gerais (+5,1 mil), Goiás (+2,7 mil), Bahia (+2,6 mil), Rio Grande do Sul (+2,4 mil), Mato Grosso do Sul (+526), Amazonas (+157), Roraima (+76) e Amapá (+48).

Gráfico 11 - Saldo líquido de emprego formal no mês de março de 2019 da indústria de transformação do Espírito Santo



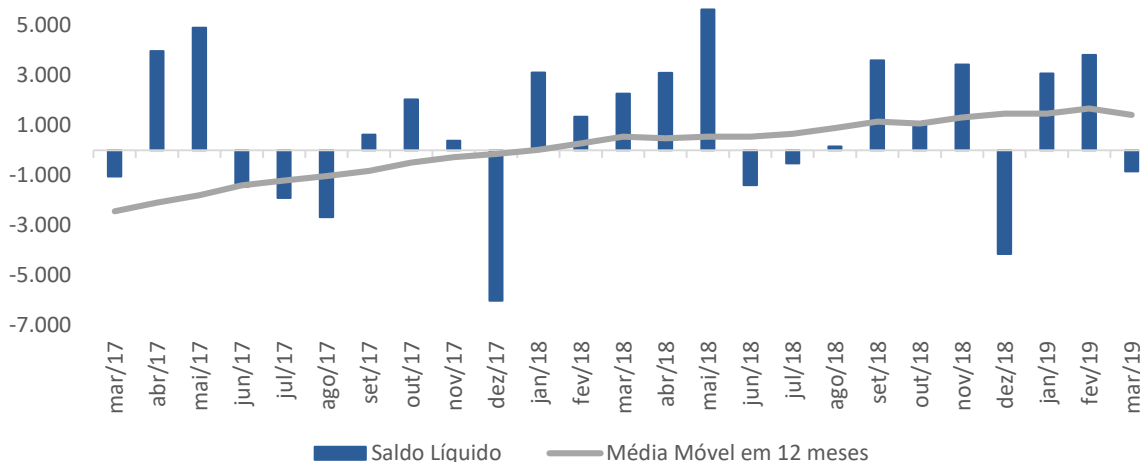
Fonte: Caged

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Ressalta-se que os resultados do Caged para os meses de fevereiro e de março são mais suscetíveis aos efeitos sazonais provocados pelo carnaval, que, para este caso, nem sempre são corrigidos de forma satisfatória pelo método de dessazonalização. Por isto, optou-se por não utilizar os dados com ajuste sazonal.

Uma das alternativas para contornar este problema é por meio da média móvel em 12 meses dos saldos líquidos de empregos dessazonalizado¹². Para o Espírito Santo, esta média sofreu uma redução na passagem de fevereiro para março, sinalizando uma perda de ritmo na geração de novos postos de trabalho no estado (gráfico 12).

Gráfico 12 – Saldo líquido de emprego com ajuste sazonal – Espírito Santo



Fonte: Caged

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

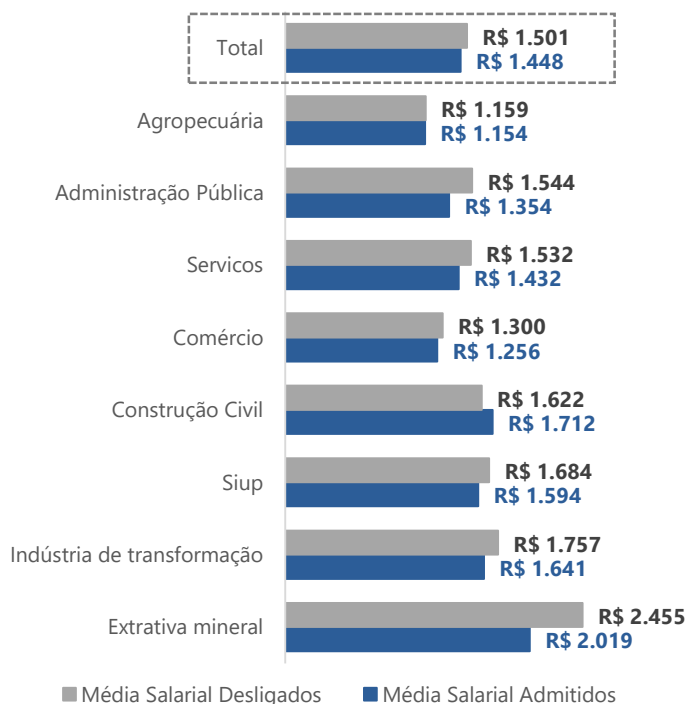
¹² Outra forma de suavizar este efeito sazonal atípico é por meio de análise comparativa do acumulado de janeiro a março do ano vigente contra o mesmo período do ano imediatamente anterior. E, como analisado pela seção, o Espírito Santo registrou um menor ritmo de criação de postos de trabalho nesta base de comparação (2019/2018).

Na comparação de março contra o mês imediatamente anterior, o estoque de funcionários no Espírito Santo reduziu em -0,1%, totalizando 720,4 mil pessoas formalmente empregadas.

Neste mês, os setores com os maiores montantes de empregados formais foram serviços (323,0 mil funcionários); comércio (182,0 mil); e indústria de transformação (115,7 mil).

Ainda em relação a março de 2019, a média salarial dos funcionários demitidos foi de R\$1.501, enquanto a dos admitidos atingiu a cifra de R\$ 1.448, ambas continuaram abaixo das médias brasileiras (R\$ 1.690,8 e R\$ 1549,4, res-

Gráfico 13 - Salário médio dos empregados formais no mês de março de 2019 - Espírito Santo



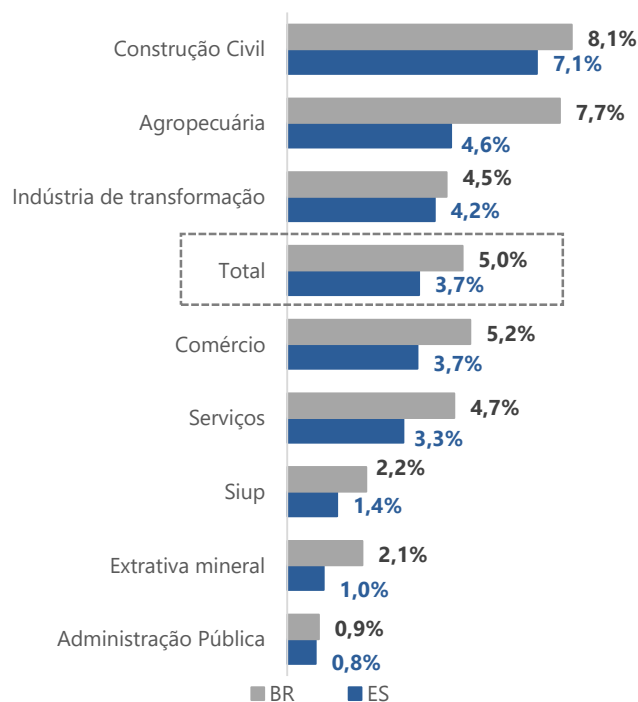
Fonte: Caged
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

pectivamente). Neste mês, os maiores salários dos admitidos no estado foram registrados nos setores da indústria extrativa mineral (R\$ 2.018,9), construção civil (R\$ 1.711,5) e indústria de transformação (R\$ 1.640,7).

A taxa de rotatividade dos empregados¹³, que mede a renovação da mão de obra, foi de 3,7% para o Espírito Santo em março, novamente abaixo da média do país (5,0%). Na comparação com o fevereiro, houve um modesto recuo de 0,3 p.p.

Esta taxa nos setores capixabas ficou abaixo dos mesmos segmentos no Brasil. No Espírito Santo, as maiores renovações na mão-de-obra ocorreram na: construção civil (8,1%); agropecuária (7,7%) e indústria de transformação (4,5%).

Gráfico 14 - Taxa de rotatividade de empregados formais, Brasil e Espírito Santo março 2019



Fonte: Caged
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹³ Cálculo feito a partir da média do número de funcionários admitidos e desligados em relação ao estoque de empregados no mês de janeiro no Espírito Santo. Uma taxa elevada pode indicar uma baixa retenção de qualificação e conhecimentos dentro do setor analisado.

4. Desempenho Industrial

De acordo com os dados divulgados pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) de fevereiro, a produção da indústria geral nacional cresceu apenas 0,5% no acumulado em 12 meses, mesmo patamar verificado em janeiro.

Na comparação com fevereiro do ano passado, a produção industrial brasileira expandiu 2,0%, interrompendo a sequência de três meses seguidos de taxas negativas. Este resultado reflete a expansão de 3,8% na indústria de transformação e a queda de -9,9% na indústria extrativa.

As variações negativas da indústria extrativa são explicadas, em maior parte, pela redução na produção de minério de ferro devido ao rompimento da barragem em Brumadinho (MG) em 25 de janeiro. Os resultados imediatos foram verificados no desempenho industrial dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que recuaram -4,7% e -9,7%, respectivamente, na passagem de janeiro para fevereiro deste ano, já descontados os efeitos sazonais.

Na análise mensal, a indústria nacional cresceu 0,7% (dados livres de influência sazonal). Este valor incorpora a queda de -14,8% na indústria extrativa e o acréscimo de 1,0% na produção da indústria de transformação. Esta pequena variação positiva na indústria de transformação é explicada pelo impacto negativo das atividades de vestuário e acessórios (-4,8%), produtos de metal (-2,0%), móveis (-4,1%), produtos do fumo (-8,5%) e equipamentos de informática e produtos eletrônicos e ópticos (-1,5%). As atividades com melhor desempenho no mês foram a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (6,7%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (4,3%) e produtos alimentícios (3,2%).

Seguindo o mesmo período de comparação para as grandes categorias econômicas, os avanços mais expressivos foram registrados nos bens de capital (4,6%), influenciados positivamente pela produção de caminhão, e em bens de consumos duráveis (3,7%), impulsionados pela produção de automóveis. O resultado negativo dos bens intermediários está associado aos recuos da indústria extrativa.

Tabela 6 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil - fevereiro 2019

Seções industriais (CNAE 2.0) e Grandes Categorias Econômicas	Acumulada em 12 meses	Fev. 2019 / Fev. 2018	Fev. 2019 / Jan. 2019*
Indústria geral	0,5	2,0	0,7
Indústria extrativa	0,6	-9,9	-14,8
Indústria de transformação	0,5	3,8	1,0
Bens de Capital	5,6	7,0	4,6
Bens Intermediários	-0,3	-0,4	-0,8
Bens de Consumo	1,0	5,3	1,6
Bens de consumo duráveis	5,7	12,2	3,7
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,2	3,2	0,7

Nota (*): com ajuste sazonal.

Fonte: PIM-PF/IBGE

Elaboração: Ideies/Sistema Findes

No Espírito Santo, o desempenho da produção industrial foi negativo em todas as óticas de comparação em fevereiro, influenciado em grande parte pela indústria extrativa.

Dos estados pesquisados na PIM-PF, o Espírito Santo foi o que apresentou a retração mais intensa no mês.

Em relação a fevereiro de 2018, a indústria capixaba recuou -11,7%, explicado pela indústria extrativa que retrocedeu -21,0%, enquanto a indústria de transformação caiu -1,4%. Esta contração da indústria de transformação foi influenciada pelas reduções na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (-14,7%) e na metalurgia (-4,5%), às quais sobrepuseram os aumentos na fabricação de

produtos alimentícios (9,5%) e fabricação de produtos de minerais não metálicos (3,0%).

No acumulado em 12 meses, o decréscimo foi de -0,6%, resultado do acréscimo mínimo de 0,1% na indústria extrativa, e redução de -1,3% na indústria de transformação. Nesta paridade, o estado reduziu ainda mais sua atividade produtiva, que estava em -0,2% em janeiro deste ano.

Na comparação com janeiro deste ano, a queda da indústria estadual foi de -9,7%, puxada pela indústria extrativa (-20,4%), ao passo que a indústria de transformação não variou (0,0%). Esta invariabilidade foi causada pela neutralização do aumento da fabricação de celulose, papel e produtos de papel contra as diminuições da fabricação de produtos alimentícios, da fabricação de produtos de minerais não-metálicos e da metalurgia.

Tabela 7 - Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo - fevereiro 2019

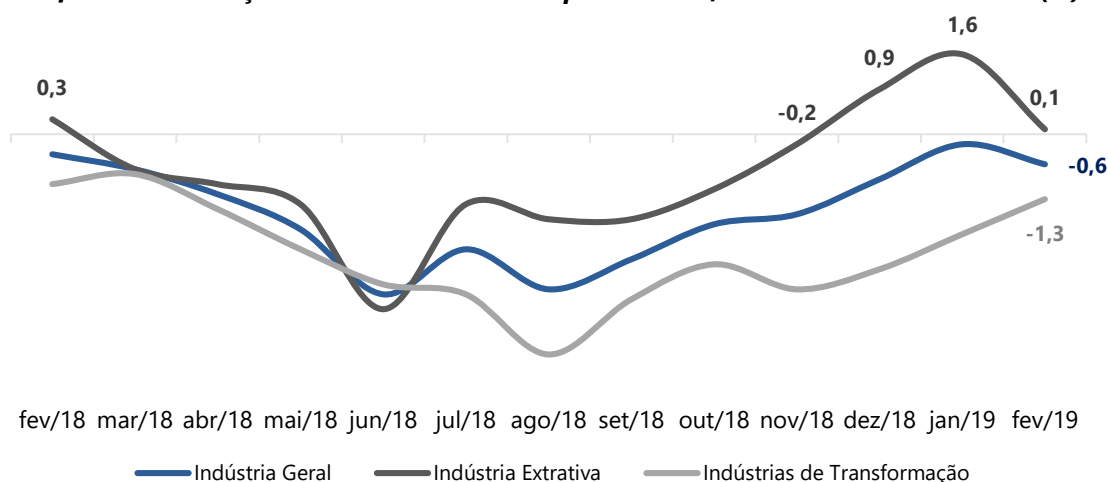
Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Acumulada em 12 meses	Fev. 2019 / Fev. 2018	Fev. 2019 / Jan. 2019*
Indústria geral	-0,6	-11,7	-9,7
Indústria extrativa	0,1	-21,0	-20,4
Indústria de transformação	-1,3	-1,4	0,0
Fabricação de produtos alimentícios	4,0	9,5	-4,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-6,2	-14,7	9,7
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-11,2	3,0	-4,0
Metalurgia	4,1	-4,5	-10,0

Nota(*): com ajuste sazonal

Fonte: PIM-PF/IBGE

Elaboração: Ideies/Sistema Findes

Gráfico 15 - Produção Física Industrial no Espírito Santo, acumulado em 12 meses (%)



Fonte: PIM-PF/IBGE

Elaboração: Ideies/Sistema Findes

Assim, considerando todas as bases de comparação, seja contra o mesmo mês do ano passado ou o mês imediatamente anterior, é evidente a redução na produção da indústria extrativa, tanto para o Espírito Santo, quanto para o Brasil.

Especificamente no que diz respeito ao Espírito Santo, além da redução na produção de minérios de ferro pelotizados ou sinterizados, acrescenta-se a queda da produção de óleos brutos de petróleo e gás natural, que também compõem a indústria extrativa.

Os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam queda do setor estadual de Petróleo e Gás (P&G) para o mês de fevereiro.

Foram produzidos, em média, 286,6 mil barris de óleo equivalente por dia (Mboe/d) no estado, o que representa uma queda de -28,7% em relação a fevereiro do ano passado e de -25,1% em relação a janeiro deste ano.

Em ambas comparações, tanto a produção de gás natural quanto a de petróleo, apresentaram fortes variações negativas, influenciando diretamente o recuo produtivo do setor. Essas reduções na produção de P&G podem estar relacionadas ao rompimento de mangote da P-58, da Petrobras, em 23 de fevereiro¹⁴.

Em âmbito nacional, a produção total do setor alcançou 3.182,3 Mboe/d em fevereiro, o que corresponde a uma redução de -3,8% contra fevereiro do ano passado, e de -4,8% frente a janeiro deste ano.

Tabela 8 - Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás, Brasil e Espírito Santo - fevereiro 2019

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)
Produção	110,15	2.489,42	3.182,26	6,57	245,52	286,83
Fev.19 / Jan.19 (%)	-2,69	-5,38	-4,81	-27,07	-24,78	-25,12
Fev.19 / Fev.18 (%)	0,31	-4,89	-3,80	-29,51	-28,60	-28,73

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies/Sistema Findes

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) nacional atingiu, em abril, o patamar de 58,4, o que equivale a redução de -3,5 pontos em relação a março. Apesar de estar confiante (índice acima de 50), esta retração do indicador aponta uma redução de confiança

do industrial brasileiro. Para o Espírito Santo, o ICEI alcançou 61,2, o que significa uma redução de -1,4 pontos frente ao mês anterior. Este fato demonstra que, apesar da permanência da confiança acima de 50 pontos, o otimismo do empresariado capixaba reduziu.

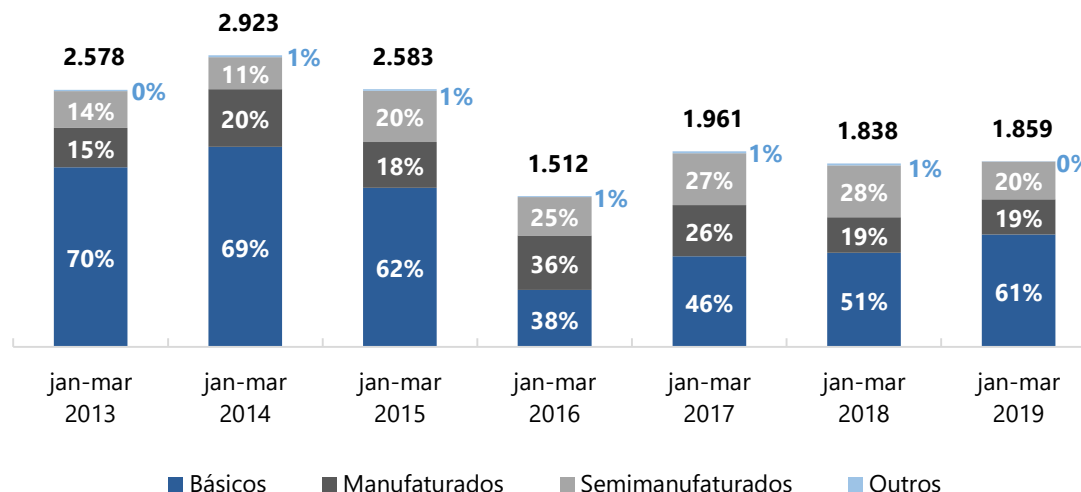
5. Comércio Exterior

No primeiro trimestre de 2019 as exportações brasileiras totalizaram US\$ 52,6 bilhões, valor -3,8% abaixo do mesmo período de 2018. Os produtos que impactaram negativamente o desempenho das exportações nos três primeiros meses de 2019 foram os manufaturados e semimanufaturados, com -12,4% e -3,8% respectivamente, em relação ao mesmo período do ano passado.

As exportações capixabas somaram US\$ 1,9 bilhão no primeiro trimestre do ano. Esse resultado foi 1,1% superior ao comercializado no mesmo trimestre de 2018, sendo influenciado pela alta dos produtos básicos (19,4%).

¹⁴ Veja mais no comunicado disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes/ocorrencia-na-plataforma-p-58>

Gráfico 16 – Evolução da participação no total da exportação do Espírito Santo, segundo classes, US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A participação do estado alcançou 3,5% do total das exportações nacionais, crescimento de 0,1 ponto percentual se comparado ao mesmo período do ano anterior.

O avanço das exportações está atrelado ao aumento nas vendas de minérios de ferro e concentrados, óleos brutos de petróleo e café não torrado em grão, de acordo com o levantamento dos principais produtos da pauta exportadora capixaba.

Tabela 9 – Identificação dos produtos com maior participação nas exportações do Espírito Santo, 2018 e 2019

Descrição	2018 ¹		2019 ¹		Var em p.p. (b) – (a)
	US\$ mi	Part. (a)	US\$ mi	Part. (b)	
1 Minérios de ferro e concentrados	571	31%	648	35%	3,8
2 Óleos Brutos de Petróleo	219	12%	288	16%	3,6
3 Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	211	11%	166	9%	-2,6
4 Café não torrado em grão	63	3%	111	6%	2,6
5 Pastas químicas de madeira	218	12%	98	5%	-6,6
6 Outros granitos trabalhado	103	6%	95	5%	-0,5
7 Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	68	4%	91	5%	1,2
8 Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	50	3%	39	2%	-0,7
9 Outras pedras de cantaria	19	1%	37	2%	1,0
10 Pimenta em Grão	30	2%	35	2%	0,2

¹ valores referentes ao acumulado de janeiro a março

Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

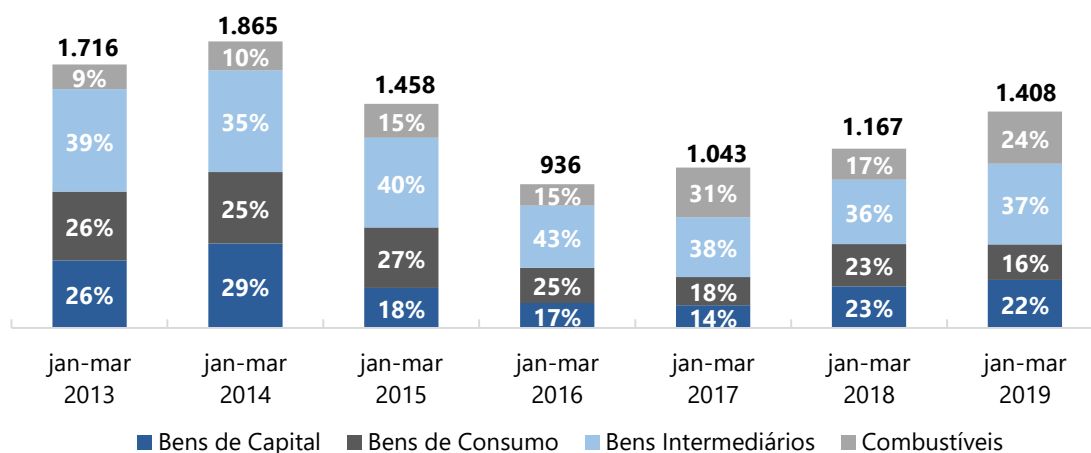
As importações brasileiras totalizaram US\$ 42,1 bilhões, no acumulado dos três primeiros meses do ano. Resultado que representa leve queda de -0,7% quando comparado ao

mesmo trimestre de 2018, puxado pela redução na aquisição de combustíveis (-16,1%) e bens de consumo (-4,4%).

No primeiro trimestre de 2019 o Espírito Santo importou US\$ 1,4 bilhão, valor 20,6% superior ao do primeiro trimestre de 2018. Os destaques positivos ficaram com os combustíveis (+66,5%) e bens intermediários (+25,5%).

O estado responde por 3,3% do total importado pelo Brasil, avanço de 0,5 ponto percentual contra igual período de 2018.

Gráfico 17 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Dentre as importações a variação mais significativa ocorreu na aquisição de hulha¹⁵, que é um tipo de carvão mineral utilizado no processo produtivo da indústria metalúrgica.

A partir da diferença entre as exportações e as importações chega-se ao saldo da balança comercial. Para o Brasil, este foi superavitário em US\$ 10,5 bilhões e, para o Espírito Santo, em US\$ 450,2 milhões, no primeiro trimestre de 2019.

Apesar do saldo positivo da balança comercial capixaba, o resultado ficou -32,9% abaixo do realizado em igual período de 2018 (US\$ 670,5 milhões), devido ao avanço das importações (20,6%).

Vale ressaltar que não foi apenas em valor monetário que as importações cresceram, houve, também, avanço significativo das quantidades, com 56,9% a mais em toneladas, se comparada ao primeiro trimestre de 2018, totalizando 2.305,0 mil toneladas.

Tabela 10 – Identificação dos produtos com maior participação nas importações para o Espírito Santo, 2018-2019

Descrição	2018 ¹		2019 ¹		Var em p.p. (b) – (a)
	US\$ mi	Part. % (a)	US\$ mi	Part. % (b)	
1 Hulha	125	11%	275	20%	8,8
2 Automóveis com motor a explosão	92	8%	65	5%	-3,3
3 Outros equipamentos terminais ou repetidores	29	3%	44	3%	0,6
4 Aviões e outros veículos aéreos turbojato	18	2%	41	3%	1,4
5 Coques com granulometria	19	2%	40	3%	1,1
6 Malte não torrado	13	1%	31	2%	1,1
7 Torneiras e dispositivos semelhantes para canalizações	0	0%	29	2%	2,0
8 Aparelhos de comunicação (telefone e telegrafia)	12	1%	27	2%	0,9
9 Resíduos de alumínio	17	1%	24	2%	0,2
10 Hulha antracita	23	2%	24	2%	-0,3

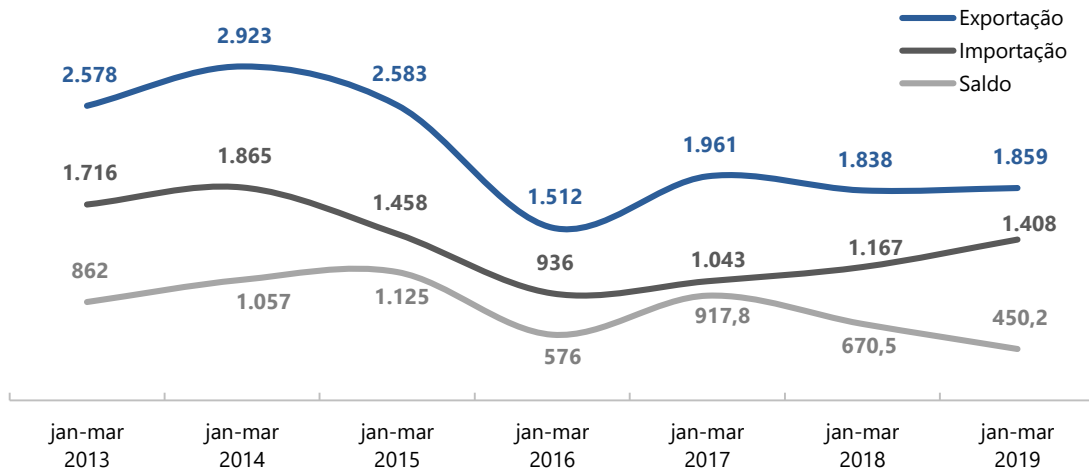
¹ valores referentes ao acumulado de janeiro a março

Fonte: MDIC

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

¹⁵ A hulha é um tipo de carvão mineral que contém betume, sendo denominado de hulha quando há teor de carbono entre 60-80%.

Gráfico 18 – Balança comercial do Espírito Santo, US\$ FOB – milhões



Fonte: MDIC
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

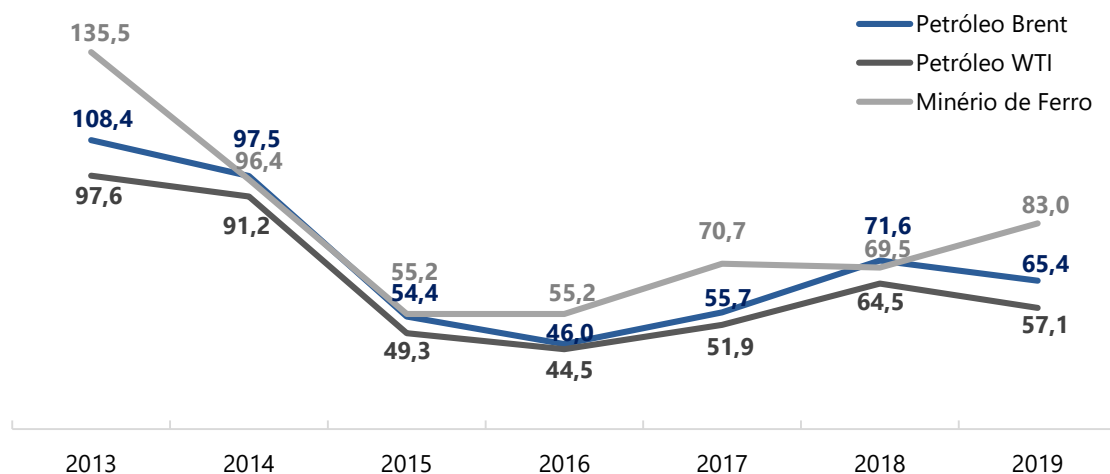
Os preços das principais commodities brasileiras são índices importantes a serem acompanhados para verificação do desempenho do comércio exterior capixaba, devido à influência que exercem sobre as exportações e, conseqüentemente, no saldo da balança comercial.

mundial, ultrapassando todos os valores desde 2015. Já os preços das duas cotações de petróleo seguiram em baixa, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2019, a média anual do preço do minério de ferro se manteve em alta, devido à redução da oferta no mercado

As variações das principais commodities brasileiras, comparado com a média anual de 2018, foram de alta de 19,5% do minério de ferro e redução de -11,6% do petróleo WTI e -8,7% do petróleo Brent.

Gráfico 19 – Evolução das cotações das principais commodities brasileiras, em US\$



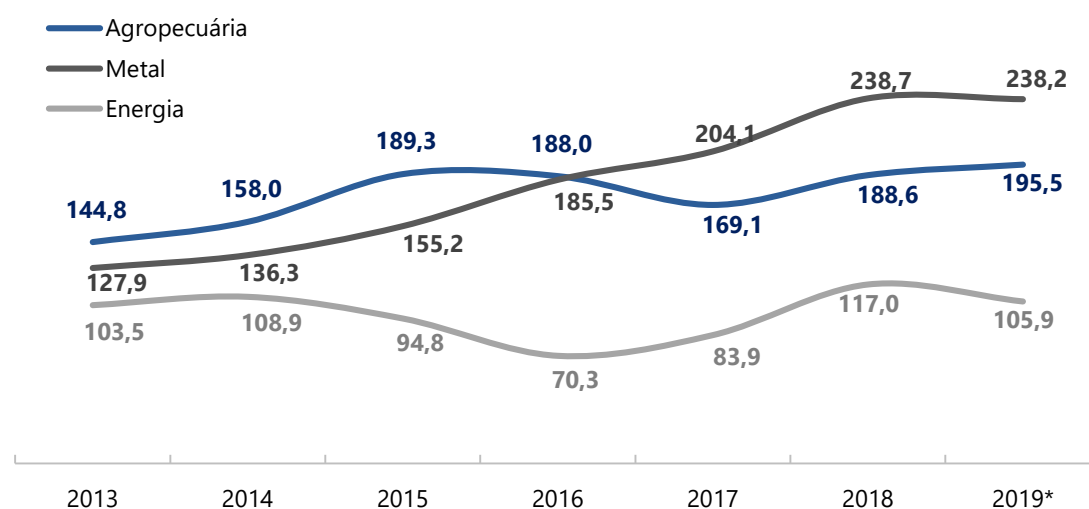
*última atualização mar/2019
Fonte: Investing
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Além do acompanhamento dos preços das commodities individualmente, destaca-se, também, o Índice de Commodities Brasil¹⁶ (IC-Br), divulgado pelo BC, com o levantamento dos preços internacionais por meio de cestas com produtos específicos separados em três subgrupos: agropecuária, metal e energia.

O indicador IC-BR alcançou índice de 188,8 segundo a

média do primeiro trimestre de 2019, patamar -0,1% abaixo do efetivado em 2018. Ao fragmentar o indicador, observa-se que os subgrupos energia¹⁷ e metal¹⁸ acompanharam o índice geral, com reduções de -9,5% e -0,2%, nesta ordem, contrariamente ao da agropecuária¹⁹ que atingiu alta de 3,7%, no mesmo comparativo. O menor nível do grupo de energia sofre influência das quedas nas cotações do Petróleo Brent e Petróleo WTI.

Gráfico 20 – Evolução dos principais grupos de commodities brasileiras, média anual (2005 = 100)



* últimos dados até março de 2019

Fonte: Bacen

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

6. Crédito

O mercado de crédito vem sofrendo transformações como consequência da flexibilização da política monetária e dos esforços de modernização e eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN)²⁰ pautados pelo Banco Central.

Paulatinamente, a participação dos bancos privados no saldo das operações de crédito vem ganhando espaço. Em fevereiro foi registrado um crescimento de 13% no saldo das operações de crédito dos bancos privados no acumulado em 12 meses, totalizando R\$ 1,6 trilhão.

¹⁶ O indicador, IC-Br, é elaborado a partir, da média mensal, dos preços internacionais de commodities convertidos para reais, em busca de refletir a relevância de cada commodity para a dinâmica da inflação doméstica e captar os impactos proveniente das variações na taxa de câmbio.

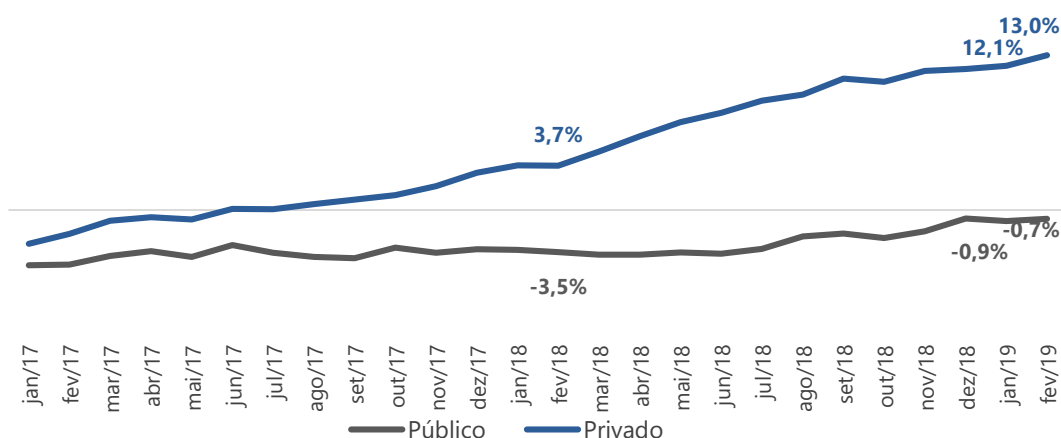
¹⁷ Composição: petróleo Brent, gás natural e carvão.

¹⁸ Composição: alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata.

¹⁹ Composição: carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau.

²⁰ Algumas dessas medidas de modernização e eficiência estão associadas à Agenda BC+, que inclui a sanção da lei do novo Cadastro Positivo, a duplicata eletrônica (Lei 13.775 de 20/12/2018), a regulamentação das fintechs de crédito e a segurança cibernética (Resolução CMN nº 4.656/2018) e o incentivo à eletrônica de pagamentos de varejo (Comunicado BC nº 32.927, de 21/12/2018). Para maiores informações, veja seção de Crédito no Boletim de março: <https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/04/BEC-marco-1.pdf>

Gráfico 21 – Variação (%) do saldo de operações de crédito das instituições financeiras, Brasil – em 12 meses



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Desta forma, a maior participação das instituições do sistema financeiro privado contribuiu para a expansão do mercado creditício.

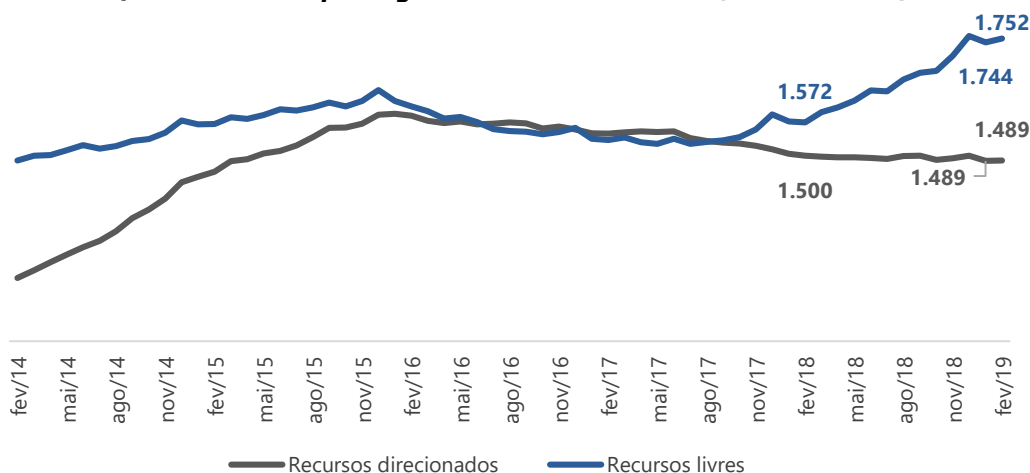
Na análise por carteira de crédito, em fevereiro o saldo creditício para empresas e famílias cresceu no país e no estado, tanto na comparação mensal quanto em 12 meses.

Somando as instituições públicas e privadas, as operações de crédito no Brasil totalizaram R\$ 3,2 trilhões no mês de fevereiro, aumento mensal de 0,3% e de 5,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Por tipo de tomador, a carteira de crédito destinada às famílias

apresentou um cenário positivo, crescendo 0,4% e 9,0% nas mesmas bases de comparação. A carteira de crédito empresarial no mês de fevereiro se elevou em 0,4% e, na comparação de fevereiro contra o mesmo mês do ano anterior, registrou uma alta de 1,4%.

Por segmento, o saldo do crédito destinado a recursos livres segue em trajetória crescente desde outubro de 2017. Em fevereiro houve uma expansão destes estoques de 0,5% em relação a janeiro e uma alta de 11,5% em doze meses. Nas modalidades do segmento de crédito livre para famílias se destacaram os créditos para aquisição de veículos e o cartão de crédito total²¹. Já para as pessoas jurídicas foram o desconto de duplicatas e recebíveis, capital de giro rotativo e aquisição de veículos.

Gráfico 22 – Saldos por segmento de crédito, Brasil (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

²¹ Inclui cartão de crédito à vista e cartão de crédito parcelado.

Tabela 11 – Variações (%) e saldo da carteira de crédito, por tipo de crédito e por tipo de tomador – Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Fevereiro/2018			Janeiro/2019			Fevereiro/2019		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo (R\$ bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo (R\$ bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo (R\$ bilhões)
Brasil									
Credito Total	-0,2	-0,3	3.071,1	-0,8	5,0	3.232,4	0,3	5,5	3.241,4
Pessoa Jurídica	-0,4	-6,7	1.406,1	-2,7	1,0	1.425,6	0,1	1,4	1.426,5
Pessoa Física	-0,1	5,8	1.665,0	0,8	8,4	1.806,8	0,4	9,0	1.814,9
Recursos Livres	-0,1	2,5	1.571,5	-0,8	10,8	1.743,8	0,5	11,5	1.752,3
Pessoa Jurídica	0,2	-1,8	714,8	-3,4	10,2	786,1	0,6	10,6	790,7
Pessoa Física	-0,4	6,3	856,7	1,4	11,3	957,7	0,4	12,2	961,6
Recursos Direcionados	-0,3	-3,1	1.499,6	-0,8	-1,0	1.488,6	0,0	-0,7	1.489,1
Pessoa Jurídica	-0,9	-11,3	691,3	-1,8	-8,3	639,5	-0,6	-8,0	635,8
Pessoa Física	0,3	5,2	808,3	0,1	5,3	849,1	0,5	5,6	853,3
Espírito Santo									
Credito Total	1,8	-0,6	47,6	-0,3	5,3	49,2	1,0	4,4	49,7
Pessoa Jurídica	5,0	-5,1	19,8	-1,4	4,7	19,8	2,0	1,7	20,2
Pessoa Física	-0,4	2,9	27,7	0,5	5,6	29,4	0,3	6,3	29,5

Nota: Variação ao mês, refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em relação ao segmento de crédito direcionado, em fevereiro houve estabilidade na carteira em relação ao mês anterior e queda de -0,7% na relação interanual.

O crédito direcionado às empresas caiu -0,6% em comparação a janeiro e -0,8% em relação a fevereiro do ano anterior. Esta queda está relacionada com a mudança na estrutura de

capital das empresas com a diversificação das fontes de financiamento e a diminuição da participação dos bancos públicos na concessão de empréstimos a pessoas jurídicas, o que leva a buscas de financiamento das atividades econômicas no mercado de capitais e no mercado externo²².

Tabela 12 – Saldo (em R\$ bilhões) e variações (%) do crédito com recursos direcionados para pessoas jurídicas, por modalidade - Brasil

	Fev. 2018	Jan. 2019	Fev. 2019	Variação mensal	Variação interanual
Financiamento com recursos do BNDES	472,3	435,1	433,5	-0,4%	-8,2%
Crédito rural total	70,3	68,2	67,1	-1,7%	-4,5%
Financiamento imobiliário	57,4	45,1	44,8	-0,7%	-22,1%
Outros créditos direcionados	91,3	91,1	90,5	-0,8%	-0,9%

Fonte: Banco Central

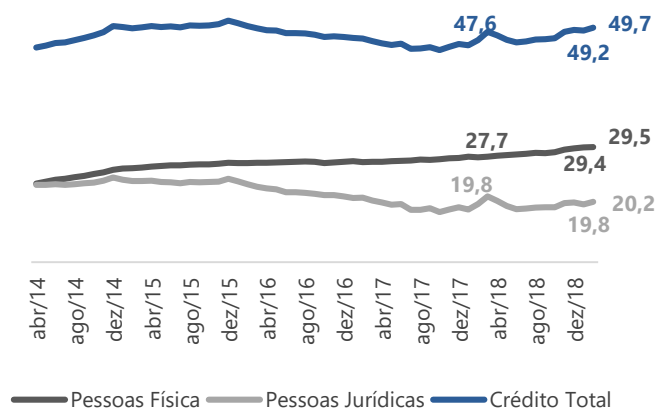
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

²² Para maiores informações, veja no Boletim de janeiro o Box “As debêntures e a nova dinâmica do mercado de capitais brasileiro”: https://ideies.org.br/wp-content/uploads/2019/01/012019_BEC-janeiro.pdf.
Veja também no Boletim Regional do Banco Central seção “O mercado de crédito por microrregião”: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/201901/br201901p.pdf>.

A carteira de crédito para o estado cresceu na comparação mensal e interanual, em 1% e 4,4%, respectivamente. O crédito para empresas capixabas apresentou uma melhora na base mensal, com alta de 2,0% e, na comparação com o mesmo período do ano anterior, expandiu-se em 1,7%. Na análise mensal, o comportamento das operações de crédito para as famílias foi positivo, similar ao mês anterior (gráfico 23).

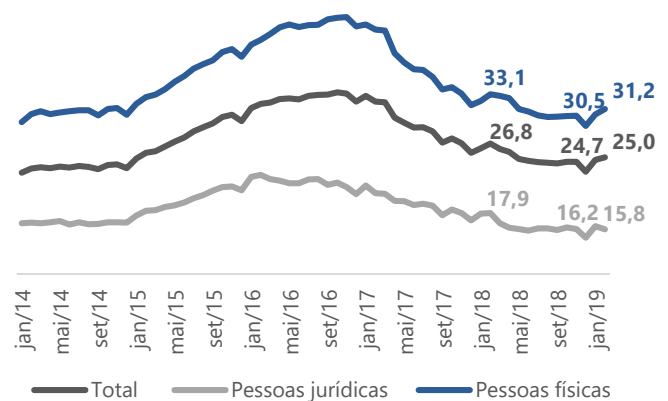
A taxa média de juros total em fevereiro ficou em 25,0%, redução de -1,8 p.p. se comparada a fevereiro de 2018. Em relação a janeiro, houve uma expansão de +0,3 p.p. Já as taxas de juros destinadas a pessoas jurídicas apresentaram contração em ambas as bases de comparação (gráfico 24).

Gráfico 23 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 24 – Taxa média de juros, por tipo de tomador - Brasil (% a.a.)

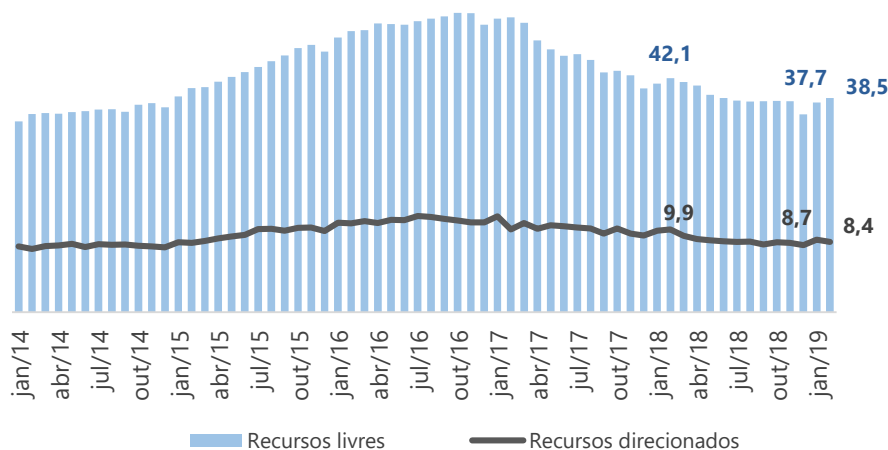


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Por tipo de recurso, a taxa média de juros para operações com recursos livres subiu pelo segundo mês consecutivo, e ficou em 38,5% a.a. em fevereiro, alta de 0,8 p.p em

relação a janeiro. Já o comportamento da taxa de juros para recursos direcionados tomou o caminho inverso, com queda de 0,3 p.p., fechando em 8,4%.

Gráfico 25 – Taxa média de juros, por tipo de recurso - Brasil (% a.a.)

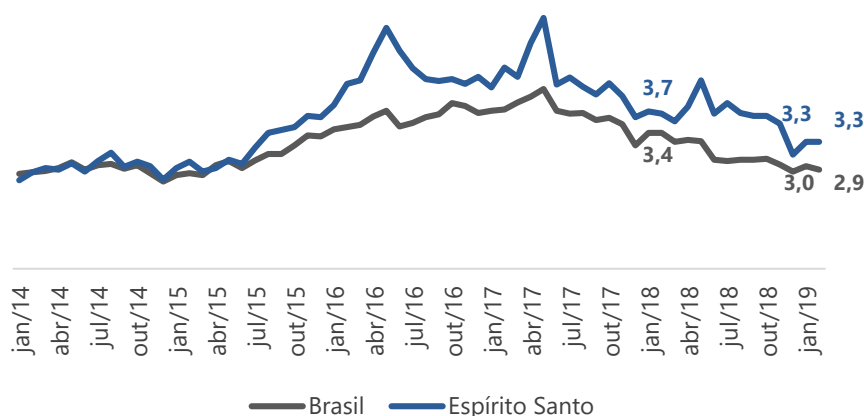


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Em fevereiro, a taxa de inadimplência nacional teve queda de -0,1 p.p. em relação a janeiro. Se comparada com o mesmo período do ano anterior, a queda foi mais expressiva, de -0,5 p.p.

No Espírito Santo, o comportamento da taxa de inadimplência em fevereiro se manteve estável em 3,3% em relação ao mês anterior, não obstante, ao se analisar a variação interanual, esta teve declive de -0,4 p.p.

Gráfico 26 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A taxa de inadimplência para pessoas jurídicas caiu -0,1 p.p. e -0,7 p.p., ao mês e em 12 meses, respectivamente, tanto no país quanto no estado. Para pessoas físicas, a taxa de inadimplência ficou estável na base mensal e teve redução na comparação de fevereiro com o mesmo período do ano anterior (tabela 13).

Em 12 meses, houve uma queda do spread bancário médio nacional nas operações de crédito por tipo de tomador e nos segmentos do crédito livre e crédito direcionado. Esta contração foi acompanhada pelas quedas das taxas de juros e pelo declínio da inadimplência interanual, determinados por um cenário macroeconômico em que a taxa de juros básica da econômica se mantém estável.

Tabela 13 - Taxa de Inadimplência, por tipo de tomador – Espírito Santo e Brasil (%)

Mês de referência	Espírito Santo		Brasil	
	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Pessoas Físicas
Fev. 2018	3,8	3,7	3,1	3,7
Jan. 2019	3,2	3,4	2,5	3,3
Fev. 2019	3,1	3,4	2,4	3,3
Variação mensal*	-0,1	0,1	-0,1	0,0
Variação interanual*	-0,7	-0,2	-0,7	-0,4

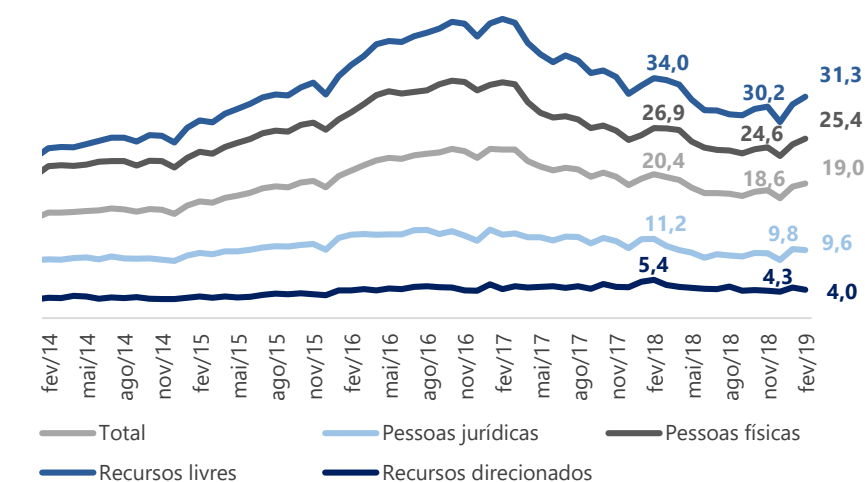
*Variação em p.p.

Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Na análise mensal, o spread bancário médio do país apresentou um comportamento expansivo, definido tanto pela alta do spread bancário médio das operações de crédito com pessoas físicas quanto pelo aumento do spread médio para o segmento de recursos livres (gráfico 27).

Gráfico 27 – Spread médio, por tipo de tomado e por segmento - Brasil (%)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Sistema Findes

A tabela 14 apresenta o custo do financiamento medido pelas taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições do varejo do país para a primeira semana de abril. Em relação às taxas de juros cobradas no curto prazo, destaca-se a queda do custo de financiamento para as operações de capital de giro de até 365 dias e um crescimento para a modalidade de Conta Garantida. As taxas de juros cobradas nas outras modalidades analisadas se mantiveram estáveis.

As taxas médias de juros cobradas ao ano, mostraram contração para a maioria das modalidades de crédito, excetuando a taxa média de juros para Conta Garantida. Já o banco Banestes apresentou queda nas taxas médias de juros de curto e longo prazo cobradas para as modalidades de Conta Garantida e Adiantamento sobre Contratos de Câmbio.

Tabela 14 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/04/2019 a 05/04/2019

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,0	12,0	1,2	14,7	2,4	32,1	1,9	24,5	0,3	3,3
Caixa Econômica	3,0	41,7	1,9	25,7	-	-	2,7	37,6	0,5	6,7
Santander	2,4	33,0	1,8	24,4	3,3	47,0	1,5	20,1	0,3	4,0
Itaú-Unibanco	1,6	21,3	1,7	22,1	3,4	49,3	1,8	23,8	0,4	4,4
Bradesco	1,9	25,2	1,7	22,5	3,6	52,2	1,6	21,1	0,4	4,3
Banestes	**	**	2,1	27,8	2,5	34,7	2,4	33,5	0,6	7,6
Média Total	2,0	26,6	1,7	21,9	3,1	45,1	1,9	25,4	0,4	4,5
Varição Banestes*	-	-	0,2	3,4	-0,2	-3,2	0,0	-0,3	-0,1	-0,6
Varição média total*	-0,2	-2,2	0,0	-0,3	0,2	3,2	0,0	-0,2	0,0	-0,2

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/03/2019 a 11/03/2019

** Para o período em questão o banco Banestes não apresentou registros nesta modalidade.

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

7. Finanças Públicas Estaduais

Ao final do terceiro trimestre de 2019 as finanças públicas capixabas seguem apresentando expansão na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A receita total do Governo do Estado registrou o montante de R\$ 4,39 bilhões, acima dos R\$ 4,00 bilhões arrecadados no primeiro trimestre de 2018.

Essa diferença, de R\$ 386 milhões, representa um aumento de 9,7% nas receitas, já descontados os efeitos da inflação.

No tocante às despesas do governo estadual, os três primeiros meses deste ano somaram um gasto de R\$ 3,04 bilhões, acima dos R\$ 2,96 bilhões de 2018.

O aumento de R\$ 76 milhões nos dispêndios representa evolução percentual de 2,6%, abaixo, portanto, do crescimento das receitas no mesmo período.

Outro ponto importante a ser observado é que os três primeiros meses representam um quarto, ou 25%, do total de 12 meses do ano. Se observarmos o percentual realizado no trimestre em comparação ao total previsto para 2019 na Lei Orçamentária Anual, é possível perceber que as receitas alcançaram proporção de 24,8%, enquanto as despesas estiveram em níveis mais baixos, totalizando 18,0% do orçamento.

Tabela 15 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2018 e 2019 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan - Mar 2018 (a)	Jan - Mar 2019 (b)	Variação (R\$) 2019-2018 (b) - (a)	Variação (%) 2019/2018 (b) / (a)	Previsão 2019 (c)	Realizado 2019 (d) = (b) / (c)
Receita Total	4.005	4.391	386	9,7	17.721	24,8
Receita Tributária	2.919	3.177	258	8,8	11.859	26,8
ICMS Total	2.583	2.774	191	7,4	9.874	28,1
<i>ICMS - Comércio</i>	495	559	64	12,9	1.888	29,6
<i>ICMS - Indústria</i>	442	432	-10	-2,2	1.351	32,0
Demais Receitas Tributárias	336	403	67	19,9	1.985	20,3
Transferências Correntes	1.359	1.407	48	3,5	5.012	28,1
FPE	398	433	35	8,9	1.357	31,9
IPI	60	50	-10	-16,0	202	24,9
Royalties e Part. Especiais	418	483	65	15,6	1.589	30,4
Demais Transf. Correntes	483	440	-43	-9,0	1.865	23,6
Demais Receitas	967	1.145	179	18,5	5.693	20,1
(-) Deduções da Receita	-1.239	-1.337	-98	7,9	-4.844	27,6
Despesa Total	2.961	3.036	76	2,6	16.868	18,0
Pessoal e Encargos Sociais	2.007	2.040	33	1,7	10.234	19,9
Investimentos	61	58	-4	-6,1	1.367	4,2
Demais Despesas	893	939	46	5,2	5.267	17,8

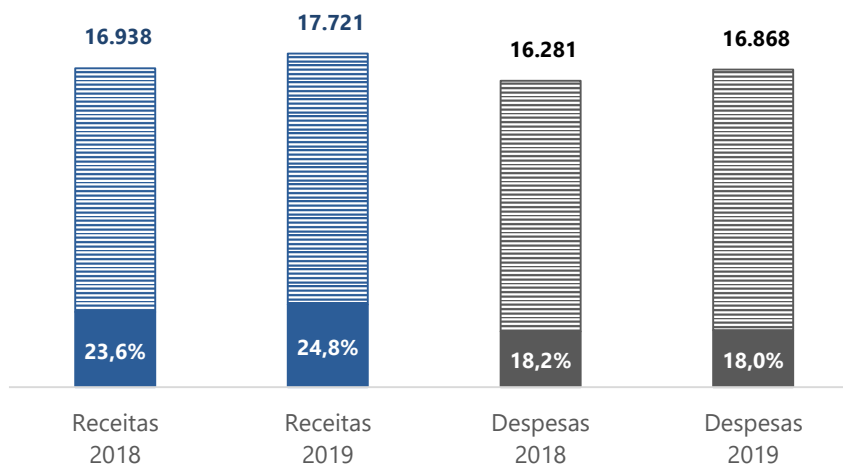
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Março/2019

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 28 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado no primeiro trimestre (em %) - Governo do Espírito Santo, 2018 e 2019



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2019

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

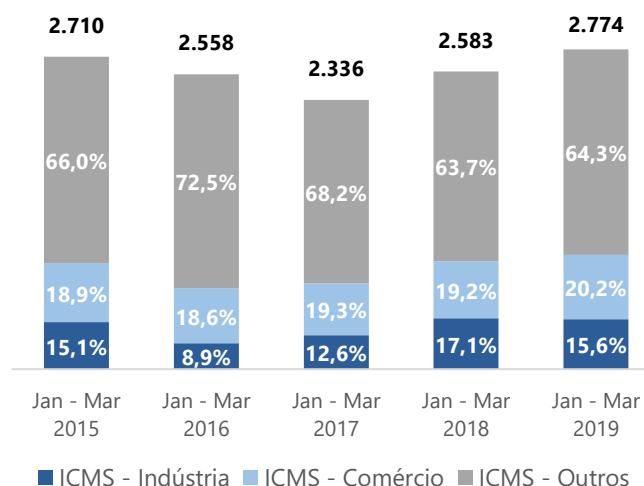
A análise mais detalhada do comportamento dos diversos componentes da receita, mostra que as receitas tributárias tiveram evolução de 8,8% quando comparadas ao mesmo período do ano anterior e alcançaram 26,8% da arrecadação prevista para 2019.

O ICMS, principal tributo estadual, acumula alta de 7,4% no primeiro trimestre. No entanto, ao observar dois de seus principais componentes, houve elevação de 12,9% no ICMS Comércio e queda de -2,2% no ICMS Indústria²³.

Tais comportamentos destas receitas setoriais estão em linha com a evolução dos próprios setores no Espírito Santo neste começo de ano, conforme mostrado na tabela 3 deste boletim.

Considerando a participação no total das receitas de ICMS, o componente do ICMS Indústria também apresentou queda no primeiro trimestre de 2019, em comparação com 2018, reduzindo de 17,1% para 15,6%.

Gráfico 29 – Receita total de ICMS (em R\$ milhões) e participação por componente (em %) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Março/2019

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

²³ Na última edição deste Boletim no mês de março, o ICMS Indústria apresentava evolução de 20,7% no acumulado do primeiro bimestre de 2019 em comparação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, aquele resultado pode ter sido influenciado pelo fato de que em 2018 o carnaval aconteceu em fevereiro, enquanto neste ano ocorreu apenas em março. Para a atividade industrial, em especial, isso significou um aumento de 17 para 20 dias úteis no mês de fevereiro na comparação entre os dois anos, enquanto no mês de março houve queda de 21 para 18 dias úteis, o que impacta na atividade produtiva e consequentemente na arrecadação dos seus impostos. No resultado acumulado no trimestre, portanto, agora a comparação entre os dois anos se mostra mais equânime.

O comportamento das transferências correntes tem sido de alta nos três primeiros meses do ano, evoluindo 3,5% na comparação com 2018. Os principais destaques no recebimento destas receitas têm se dado: no Fundo de Participação dos Estados (FPE), com crescimento de 8,9%, que consiste em transferências fiscais da União para os estados e engloba recursos da arrecadação federal do Imposto de Renda e IPI; e nas receitas do petróleo, com alta de 15,6%, que aqui consideram as receitas de participações especiais, royalties de compensação da produção e royalties pelo excedente da produção. Ambas as transferências já superaram, no acumulado até março, a marca de 30% do total orçado para este ano.

As receitas do petróleo alcançaram R\$ 483 milhões até o terceiro mês de 2019, valor que supera o total realizado no mesmo período dos três anos anteriores, reflexo, sobretudo, da tendência de melhoria nos preços internacionais da commodity no período.

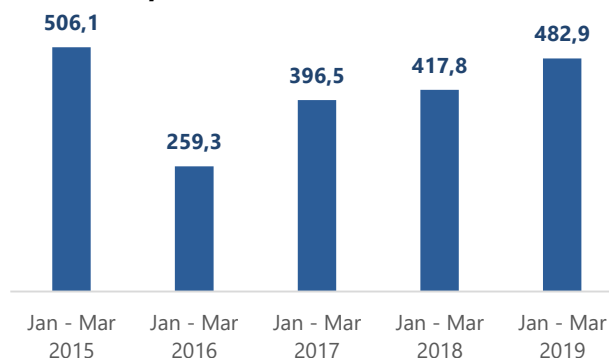
Quanto às principais rubricas das despesas do Governo do Estado, houve um crescimento de 1,7% no primeiro trimestre do ano no que diz respeito aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Os valores destinados às aposentadorias e pensões apresentaram alta de 5,8%, enquanto os vencimentos com salários recuaram -1,1% no período analisado.

Os investimentos públicos, importante despesa de capital realizada pelos governos, reduziram em -6,1% na comparação entre o primeiro trimestre de 2018 e de 2019.

Os investimentos realizados pelo Governo do Estado até março somaram R\$ 58 milhões, como mostra o gráfico 32. Esse montante liquidado, quando comparado aos valores orçados para o ano, representa apenas 4,2% do total previsto para a conta de investimentos.

Gráfico 30 – Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



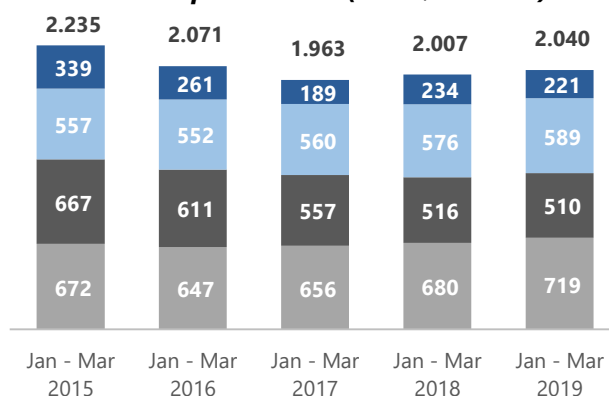
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Março/2019

Nota 2: inclui royalties e participações especiais

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 31 – Despesas com pessoal, por tipo de conta – Espírito Santo (em R\$ milhões)



■ Outros

■ Obrigações Patrimoniais

■ Vencimentos e Vantagens Fixas

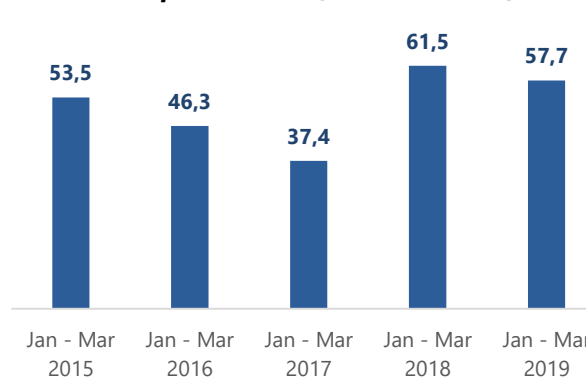
■ Aposentadorias e Pensões

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Março/2019

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Gráfico 32 – Despesas com Investimentos – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de Março/2019

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Sistema Findes

Na análise das demais despesas - excetuando-se, portanto, os gastos com pessoal e investimentos - houve alta de 5,2% no primeiro trimestre do ano, totalizando R\$ 939 milhões. Entre os principais componentes destacados neste agrupamento estão os gastos com serviços de terceiros pessoas jurídicas, concessão de empréstimos e financiamentos, amortização, juros e encargos da dívida, além de despesas de pessoal terceirizado e auxílio-alimentação.

A análise do primeiro trimestre do ano mostrou que as contas públicas estaduais seguem em situação favorável, com crescimento das receitas acima do das despesas, moderado crescimento nos gastos totais com pessoal (em que pese a pressão exercida pelas aposentadorias e pensões), mas ainda com níveis mais baixos de investimentos públicos realizados.

7. Comentários Finais

As expectativas para o crescimento da economia brasileira seguem sendo revisadas para baixo. Pela oitava vez consecutiva o Boletim Focus do Banco Central apontou queda nas estimativas do mercado para o PIB de 2019, que já se encontram em 1,71%.

O Índice de Atividade Econômica nacional, o IBC-Br, apresentou retração de janeiro para fevereiro, com queda de -0,73%. No acumulado em 12 meses o índice marca 1,21%. Para o Espírito Santo os números foram um pouco melhores, com queda de -0,49% em fevereiro e acumulado de 3,43%.

Dentre as atividades econômicas, destaque para o desempenho da produção industrial. Para o Brasil foi o setor com melhor desempenho no mês de fevereiro, ainda assim com modesto crescimento de 0,7% em relação a janeiro. Já para o Espírito Santo o setor foi o que registrou a maior queda, -9,7% no mês, bastante influenciado pela indústria extrativa e os primeiros impactos do rompimento da barragem de Brumadinho (MG).

O último dado da inflação, referente a março, registrou a maior alta para o mês desde 2015, com 0,75% em âmbito nacional. Para o Espírito Santo o IPCA foi de 0,39%. Com isso, os valores da inflação acumulada em 12 meses chegaram a 4,58% no Brasil e 4,89% no estado, ambos um pouco acima do centro da meta, mas ainda dentro do intervalo de tolerância.

Em relação à evolução do mercado de trabalho, o mês de março apresentou fechamento de vagas no Brasil (-43,2 mil) e no Espírito Santo (-843). No entanto, no acumulado em 12 meses os números são positivos e mostram ampliação no emprego formal em +472,1 mil e +16,9 mil vagas, respectivamente.

No comércio exterior as balanças comerciais seguem superavitárias no acumulado até março, em US\$ 10,5 bilhões na nacional e US\$ 450,2 milhões na capixaba. Para o estado esse montante representa queda de -32,9%, como consequência da forte alta das importações (20,6%) no primeiro trimestre de 2019.

O mercado de crédito, com seu último dado referente a fevereiro, apresentou evolução mensal no saldo total da carteira de 0,3% no Brasil e 1,0% no Espírito Santo. Na comparação interanual, contra fevereiro de 2018, os números são mais expressivos, com altas de 5,5% no país e 4,4% no estado. A taxa de inadimplência também teve evolução favorável, com queda de -0,1% no mês e -0,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior, tanto em nível nacional quanto estadual.

As finanças públicas do Espírito Santo registraram ampliação da arrecadação no primeiro trimestre de 2019, quando comparado ao mesmo período de 2018. As receitas evoluíram 9,7% em termos reais, acima da alta das despesas que foi de 2,6%.

No campo político, que tem tido grande influência sobre o comportamento dos mercados e a flutuação das expectativas nesta primeira parte do ano, o mês de abril termina com algumas notícias positivas, como a aprovação da PEC da Reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Após alguns adiamentos e várias tentativas da oposição para protelar a decisão, foram registrados 48 votos favoráveis, o que representa 73% dos componentes da Comissão que analisou a constitucionalidade da proposta. É um bom indicativo, já que nas votações finais da PEC no plenário a proposta precisará de 60% de votos a favor, em dois turnos, para ser aprovada.

A matéria agora segue para a Comissão Especial que analisará o mérito da proposta, onde serão negociados os principais pontos referentes à reforma em si. Já foram anunciados o presidente (Marcelo Ramos / PR-AM) e o relator (Samuel Moreira / PSDB-SP). Estes são dois atores fundamentais na condução da proposta na Comissão Especial e a repercussão dos seus nomes foi positiva no primeiro momento, por serem vistos como um presidente que compõe e atrai o chamado “Centrão” e um relator experiente e defensor da Reforma da Previdência.

Por fim, outra notícia favorável foi o arrefecimento da possibilidade de nova paralisação dos caminhoneiros, que chegou a ser ventilada para o dia 29 de abril, mas foi descartada pelos representantes após conversas com o Governo Federal. No entanto, neste complexo tema que envolve os caminhoneiros, a frota de caminhões, a Petrobras, o preço do diesel, o preço do frete, dentre outras variáveis, ainda causa preocupação quais serão os custos, os impactos e os incentivos dados pelas medidas que o Governo se comprometeu a implementar em favor dos caminhoneiros.

Lista de Siglas e Fontes dos indicadores utilizados nesta publicação

- ACC:** Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio
ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Anatel: Agência Nacional das Telecomunicações
BC: Banco Central do Brasil
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Copom: Comitê de Política Monetária
Fecomércio-ES: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo
Fed: Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos
Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Findes: Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo
FMI: Fundo Monetário Internacional
Focus: Relatório semanal organizado pelo BC, com expectativas de mercado de cerca de 130 instituições
FPE: Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FOB: “Free On Board”
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBC: Índice de Atividade Econômica do Banco Central
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV: Instituto Brasileiro de Economia / Fundação Getúlio Vargas
IC-Br: Índice de Commodities Brasil
ICEI: Índice de Confiança do Empresário Industrial
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN: Instituto Jones dos Santos Neves
IPI: Imposto sobre Produtos Industrializados
IR: Imposto de Renda
LCA: LCA Consultores
MDIC: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE: Ministério do Trabalho
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Pasep: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIB: Produto Interno Bruto
PIM-PF: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PMC: Pesquisa Mensal do Comércio
PMS: Pesquisa Mensal de Serviços
RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória
SEFAZ: Secretaria de Estado da Fazenda
Selic: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIGEFES: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo
SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública
STN: Secretaria do Tesouro Nacional

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade do Sistema Findes | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marília Gabriela Elias da Silva

Silvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Cenário Econômico – Mayara Lyra Bertolani

Mercado de Trabalho - Thais Maria Mozer

Desempenho Industrial – Jordana Teatini Duarte

Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti

Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897





